

1612

v.1

AG

P R O J E T O:

O Que Se Deve Saber Sobre Creches

Como havíamos previsto na elaboração do projeto, estes primeiros meses de trabalho foram dedicados principalmente à exploração do tema através de inúmeras atividades: levantamento bibliográfico; participação em eventos (palestras, reuniões, seminários, encontros); visitas e observações em creches e berçários; contatos e entrevistas com pessoas que atuam na área.

Ocorre, porém - como também previmos no projeto, mas talvez não tão intensamente - que a instituição creche contitue no momento uma demanda extremamente forte da população, apelando por respostas imediatas e mais satisfatórias que as atuais e sem que possa contar ainda com uma retaguarda de experiências acumuladas, refletidas e divulgadas. Em decorrência, a fase de exploração foi vivida tanto no sentido de alimentar a equipe em informações e reflexões, quanto no sentido de devolver para os interessados aquilo que já havíamos conseguido acumular, seja oralmente, seja através da produção de materiais. Deste modo, em cada encontro, seminário, ou palestra a que éramos convidadas vivíamos o duplo papel de expositor e público, retirando também do evento subsídio para o projeto, procurando incorporar informações, detectar prioridades ou conflitos.

A realização do Encontro Nacional sobre creches no mês de setembro na Fundação Carlos Chagas (vide anexo nº 3) constituiu o melhor exemplo desta postura. Organizamos esse Encontro no intento de propiciar a divulgação e avaliação de experiências sobre creches e berçários, ao mesmo tempo que para nos subsidiar quanto aos sub-temas mais urgentes a serem tratados.

Duas outras preocupações marcaram esta fase: vivenciar uma grande diversidade de experiências; disseminar, sempre que possível, informações, experiências e reflexões sobre o assunto creche.

Uma série de fatores poderiam explicar esta quase que "voracidade" da equipe em participar de experiências sobre creche. Este, porém, não nos parece o aspecto a ser privilegiado, mas sim que nos tem possibilitado, ou seja, ver, assistir, observar um amplo leque de experiências. Assim é que participamos de seminários universitários, encontros promovidos por órgãos oficiais, sindicatos, etc (ver anexo nº 2). Visitamos creches bastante diversas: de empresa, de bairro, mantidas por particulares ou pelo poder público; localizadas em diferentes bairros, etc. (anexo nº 1). Temos também nestes meses, contatado, por nossa iniciativa ou não, pessoas e grupos dos mais diversos e que estejam desenvolvendo trabalho na área: pajens, administradores, psicólogos, diretoras, grupos de reivindicação, etc.

Por outro lado, procuramos também divulgar, informações reflexões sobre creche no intuito de motivar outras pessoas para o tema, de aprofundar as discussões em pauta, de eliminar preconceitos etc. Neste trabalho de divulgação temos aceito dar entrevistas para jornais, revistas, emissoras de rádio e TV; temos colocado a documentação que recolhemos sobre creche a serviço dos interessados; temos indicado materiais estrangeiros (na ausência de estudos nacionais) que consideramos importantes para serem publicados em revistas acadêmicas ou de divulgação. Estamos elaborando uma bibliografia (vide anexo nº4) e um cadastro de experiências. Participamos da organização e da edição do jornal "Mulherio" sobre "guarda e proteção da criança". Enfim, temos também "infiltrado" o tema creche em mesas, discussões, encontros ou seminários organizados seja numa perspectiva feminista, seja educacional.

Com base nas experiências desenvolvidas nesta fase planejamos as seguintes atividades para os próximos dois meses:

1) para fim de novembro: participação no curso, "A problemática das creches";

2) para meados de dezembro: divulgação, através do B&D Notícia (publicação do Setor de Biblioteca e Documentação da Fundação Carlos Chagas) do acervo da Fundação de livros e periódicos sobre creches e berçários;

3) para fins de dezembro: divulgação através de uma publicação acessível (formato de jornal) da síntese do Encontro sobre Creches.

Para o início do próximo ano, a partir das resoluções do Encontro Nacional sobre creches programamos uma publicação sobre o tema da legislação e regulamentação relativas dos direitos da mulher trabalhadora, a serviço de creche e do financiamento e fiscalização das creches e demais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos.

ANEXO DO RELATÓRIO DO
PROJETO
"O QUE SE DEVE SABER SOBRE CRECHES"

fevereiro 1981 -

ANEXOS

Anexo nº 1 - Conhecimento de creches

Anexo nº 2 - Participação em palestras, reuniões, encontros e seminários organizados por outras instituições

Anexo nº 3 - Encontro Nacional sobre Creches

Anexo nº 4 - Materiais produzidos

ANEXO Nº 1

Visitas a creches

Creche direta

Creche domiciliar

Creche conveniada

Creche empresa

Os sindicatos

O Ministério da Saúde

A creche empresa

Creche comunitária

Durante os meses de agosto e setembro de 1981, visitamos sete creches de bairro, oito creches de empresa e três instituições envolvidas com creche. No mesmo período entramos em contato com dois sindicatos de trabalhadores e com diferentes movimentos reivindicativos da cidade. Estas visitas e contatos referem-se a cinco áreas de interesse entre as várias alternativas que o tema creche possibilita: creche direta, creche domiciliar, creche conveniada, creche empresa e creche comunitária.

Creche direta

As creches administradas diretamente pela Prefeitura Municipal e instaladas nos bairros de periferia, representam no momento, um dos aspectos mais importantes da questão. Primeiro pelo que significam em termos de organização e mobilização das mulheres dos bairros, no processo de reivindicação desse equipamento. Segundo, pela quantidade de creches implantadas pela Administração Municipal, a partir dessa pressão popular e terceiro, pela forma como estão sendo atendidas estas reivindicações.

Para conhecer esta situação, visitamos duas creches diretas da zona sul e conversamos com representantes do "Movimento de Luta por Creche" da cidade.

Estas creches fazem parte das sete primeiras conquistadas pelo Movimento, depois de quatro anos de lutas. Inauguradas em princípio de 1981, são as sete únicas creches da Região Sul que tiveram a direção e os funcionários selecionados pelos grupos organizados de moradores.

Funcionando há seis meses, grande parte dos problemas de pessoal, material e instalações, não estavam resolvidos. Por esse motivo não estavam recebendo ainda as 80 crianças que a creche comporta. A permanência dessas crianças é gratuita e por dez horas diárias. A seleção para conseguir uma vaga baseia-se na renda familiar e no trabalho da mãe, chegando a haver mais de trezentas inscrições na lista de espera de cada creche.

As instalações são padronizadas e o mal acabamento já estava sendo motivo de novas reclamações. Estas duas creches não se-

quem a programação básica da Coordenadoria de Bem Estar Social, conseguindo manter uma programação baseada em experiências educacio-
nais diferentes.

Enquanto coordenadoras de experiências em andamento as duas diretoras vivem muitas dificuldades: treinamento das pajens, programação educativa adequada ao tipo de crianças que atendem, atritos com a supervisão regional da prefeitura, trabalho com as mães, além de serem o local de atendimento de outros problemas que ocorrem no bairro.

O interessante é que as duas creches estão enfrentando de forma diversa os mesmos problemas internos, mas procurando encaminhar em conjunto com o "Movimento de Luta por Creche" os demais problemas.

Estas duas creches têm sua história muito ligada ao Movimento, que tem procurado vistoriar e denunciar os problemas das creches diretas. O movimento considera sua tarefa assegurar o funcionamento das creches, dadas as condições em que elas foram instaladas, a instabilidade dos contratos e as ameaças da supervisão regional.

O Movimento de Luta por Creche reúne representantes das zonas norte, leste e sul que ainda não conseguiram creche e outros que tendo conseguido, estão trocando experiências, organizando um arquivo unificado e garantindo o funcionamento das já instaladas.

O movimento tem se enfraquecido neste último período, marcado por uma atuação muito fechada e reunindo apenas um pequeno número de mulheres nas manifestações de protesto. Por outro lado, a Prefeitura, que tem usado a inauguração de novas creches para fins eleitorais, alterou a forma de atendimento das reivindicações. As sessenta diretoras de creches diretas foram nomeadas e os demais funcionários submetidos a concurso público, sem qualquer participação do Movimento nas Comissões de Seleção.

O movimento, que anteriormente havia conseguido estabelecer os critérios para seleção dos candidatos no próprio bairro, não teve condições de influir nesta última decisão, o que coloca uma dúvida sobre suas futuras possibilidades de interferir na gestão das creches diretas.

Creche domiciliar

O que caracteriza a creche domiciliar é a permanência de um pequeno número de crianças na casa de uma das mães do bairro que se encarrega dos cuidados de higiene e alimentação das crianças, enquanto as outras mães saem para o trabalho.

A "mãe crecheira" ou "mãe substituta" responsável pelas crianças, não é considerada trabalhadora, uma vez que não tem vínculos de trabalho com um empregador, não recebe salários e portanto não tem direitos trabalhistas. Recebe apenas uma quantia para alimentação e medicamentos das crianças e outros benefícios em espécie.

Os custos deste projeto são menores do que a implantação de creches pois dispensa a construção ou manutenção de prédios e um quadro de funcionários. Ao mesmo tempo que não possibilita a mobilização da população, mantém as unidades domésticas isoladas. A creche domiciliar por isso mesmo vem sendo aceita como uma saída para a necessidade de creches no país, interessando várias instituições financiadoras.

No estado de São Paulo foram desenvolvidas várias experiências desse tipo, como a de São Carlos e outra em Santos, de 1978 a 1980. Na capital não obtivemos informações sobre as tentativas realizadas.

Em São Carlos a experiência foi orientada e financiada pela LBA e executada pelo trabalho voluntário de religiosas que habitualmente davam assistência na periferia da cidade.

A experiência envolveu 16 mães substitutas, 18 mães beneficiadas, 18 crianças de 0 a 3 anos e 37 crianças de 3 a 6 anos.

Cada mãe crecheira, recebia 6 crianças, com idades próximas e algumas crianças de meses. As atividades que a mãe não tinha condições de realizar, eram desenvolvidas e acompanhadas por voluntárias e estagiárias utilizando sucata e material pedagógico.

A LBA pagava em 1980 um percapita de trezentos cruzeiros para medicação e alimentação, dos quais a mãe poderia retirar 20% para compra de utensílios domésticos. A mãe substituta recebia comida para toda família e melhoria da infra-estrutura da sua habitação. O percapita em 1981, calculado em dinheiro, seria 25% mais caro que o percapita do Projeto Casulo, isto é Cr\$ 1.250,00

As dificuldades da experiência, segundo a responsável, foram de supervisão, assessoria e manutenção de trabalho voluntário.

O número de mães substitutas que foram treinadas, dá uma idéia de quantas desistiram. No final de dois anos as mães preferiram reivindicar uma creche Casulo no bairro e a creche domiciliar acabou.

A experiência em Santos foi da mesma época, mas precedida de uma pesquisa com as mães, para conhecer o interesse, a capacitação e o nível sócio-econômico das famílias. O trabalho e as condições de ajuda financeira pela LBA eram as mesmas. A diferença dizia respeito ao funcionamento: — todas as mães tinham empregos que permitiam uma saída por mês para que ficassem com as crianças; — uma vez por mês havia atividades conjuntas de todas as mães e de todas as crianças; — havia tratamento médico assistido por voluntários; — havia voluntários de nível universitário.

No entanto, da mesma forma que em São Carlos, a experiência acabou, com a preferência das mães por uma creche Casulo, segundo informações da responsável pelo projeto.

Creche conveniada

A creche conveniada pertence a uma entidade particular que faz convênio com uma instituição pública (como a LBA ou prefeituras) a fim de manter seu funcionamento.

A maioria das creches funciona com convênios. A LBA possui aproximadamente 400 convênios em 270 municípios do Estado de São Paulo, somando 130 milhões de cruzeiros gastos no ano de 1980.

A Prefeitura de São Paulo mantém 126 convênios.

O interesse por essas creches está nos problemas de trabalho educativo no seu interior, criados em grande parte pela existência da mediação da entidade conveniada. O "Movimento do percapita", organiza os administradores das creches da zona sul, em torno de reivindicações por maior apoio financeiro da Prefeitura e melhores condições nos termos dos convênios realizados.

O convênio implica na aceitação de uma programação educativa, supervisionada por funcionários da instituição financiadora. Os treinamentos esporádicos, nem sempre de acordo com a realidade e necessidade das creches, são também de responsabilidade de quem financia. A possibilidade dos funcionários da creche interferirem na programação é quase sempre inexistente.

Consultamos a LBA, onde tivemos informações sobre suas

creches, mas não visitamos as creches. Podemos falar apenas das condições de quatro creches conveniadas com a Prefeitura.

As instalações são precárias, dependendo da entidade que abriga a creche, embora os convênios obedeçam certas determinações de espaço e conforto para as crianças.

Duas das creches possuem duas salas para 60 crianças de 3 a 6 anos, um banheiro e uma cozinha. Uma delas possui apenas um salão para 30 crianças, um banheiro e uma cozinha. Apenas uma das creches, que funciona junto a igreja, possui 4 salas para 80 crianças de 2 a 6 anos, salas de administração e demais dependências.

O percapita mal cobre os gastos. A LBA em 1981 está pagando Cr\$ 1.000,00 percapita, enquanto a Prefeitura, que pagava Cr\$ 2.000,00 passou a pagar em 1981, Cr\$ 4.800,00 percapita, conquistada pelo "Movimento percapita".

Este movimento reúne administradores, em geral com o 1º grau completo, pouca experiência com crianças, empregados da entidade responsável pela creche.

Eles são responsáveis pela prestação de contas da verba recebida e pelo cumprimento da programação básica. O movimento adquiriu enorme importância depois de conseguir provar a insuficiência das verbas. Com esse aumento a alimentação das crianças que permanecem em tempo integral passou a ser mais adequada, alguns puderam contratar funcionários e o movimento passou a lutar por uma programação mais de acordo com sua realidade e pela capacitação das pajens.

Entre os problemas que enfrentam estão:

- a dificuldade de relacionamento com a instituição conveniada;
- a dupla direção nos trabalhos;
- pouca liberdade de atuação para as pajens e os administradores;
- dependência de uma supervisão às vezes pouco eficiente e excessivamente controladora;
- impossibilidade de resolver problemas sem disponibilidade de recursos;
- pajens sem preparo para enfrentar a carga de trabalho e o número de crianças (20 a 25 para cada pajem);

- necessidade de treinamentos adequados;
- necessidade de discussão de problemas educacionais e de orientação para a família;
- necessidade de participação da família, sempre ausente.

Creche empresa

A manutenção de creche (berçário) nos locais de trabalho, para crianças até 6 meses é obrigatória pela legislação, em empresas que empregam mais de trinta mulheres em idade fértil, com previsão de um leito para cada trinta mulheres. A lei permite que a empresa, em lugar de instalar creche, estabeleça convênio com creches próxima ao local de trabalho.

Ao Ministério do Trabalho compete fiscalizar o cumprimento da lei e homologar os convênios entre a creche de bairro e a empresa. Ao Ministério da Saúde cabe a concessão de alvará para funcionamento das creches de empresa e a vistoria das creches que desejam fazer convênios com empresas. Os sindicatos constituem as únicas vias de pressão para reivindicação de creches nos locais de trabalho, embora existam grupos de trabalhadoras reivindicando, em cada empresa, o cumprimento das determinações legais.

A creche empresa envolve o tratamento de inúmeras questões. Entre elas podemos citar as questões diretamente ligadas à produção, aos direitos trabalhistas da mulher, ao tipo de atendimento dispensado à criança, ao significado da creche para a mulher trabalhadora e ao papel dos sindicatos.

a) Os sindicatos

Estivemos com a diretoria de dois sindicatos de trabalhadores, cuja categoria é formada em maior proporção por mulheres: o sindicato dos têxteis e o sindicato das confecções.

O setor têxtil, nos últimos anos, sofreu um intenso processo de concentração de capital e trabalho, a partir da monopolização por grandes empresas. Atualmente vinte e quatro empresas concentram 60% da mão-de-obra e o grosso do capital. Essas empresas são as que negociam com o sindicato da categoria durante a campanha salarial, todos os anos. Doze delas possuem creche na própria fábrica. A creche empresa está sendo incluída na pauta de negociações co

mo parte do salário e como responsabilidade da empresa.

O sindicato dos têxteis também defende a tese de que a creche no bairro é um direito da operária, que deve reivindicar da empresa o custeio das vagas para os filhos de 0 a 6 anos. O critério de seleção pelo rendimento familiar nas creches diretas quase sempre exclui a operária, devido a existência de grande número de sub-empregadas nos bairros.

Ao mesmo tempo, o sindicato considera necessária sua participação na fiscalização dos convênios e do funcionamento das creches de empresa, influenciando também nos cuidados que as crianças recebem nessas creches.

Considera a creche da Linhas Correntes modelar, embora seus integrantes nunca tenham visitado as instalações desta creche. A informação foi obtida das próprias operárias que freqüentam o sindicato.

A principal preocupação da diretoria com relação a mulher diz respeito aos problemas de saúde e doenças profissionais. A creche aparece com menor vigência entre as preocupações das trabalhadoras do setor.

O sindicato de confecções tem uma orientação diferente. Uma das diretoras é muito atuante no seu bairro, onde participa da luta por creches. Assim, considera que a trabalhadora deve reivindicar creche na empresa, mas deve também reivindicar no bairro junto à Prefeitura.

O setor de confecções inclui desde médias e grandes empresas, até oficinas de fundo de quintal. Neste sentido, o incentivo a reivindicação de creches no bairro, parece atender mais realisticamente às necessidades das mulheres.

Por outro lado, este sindicato considera como sua tarefa discutir e encaminhar a possibilidade de implantação de creches em áreas de grande concentração de operárias do setor. Para conhecer essa situação, estão realizando uma pesquisa com as trabalhadoras, desde dezembro de 1980. Pretendem que a pesquisa informe sobre a condição sócio-econômica das famílias, como resolvem o problema dos filhos pequenos enquanto trabalham, e que opiniões as mulheres têm sobre a creche e seu funcionamento no bairro e na empresa. Os dados que o sindicato já possui é de que as trabalhadoras preferem creche no bairro, devido às distâncias, horários, transporte difícil e outros inconvenientes.

Finalmente, consideram que a creche é um direito para os filhos de 0 a 6 anos, uma vez que a maioria das trabalhadoras tem filhos na faixa de dois a quatro anos.

A respeito da situação das empresas do setor e das lutas da categoria, a diretoria estava pouco informada.

b) O ministério da Saúde

Estivemos na Delegacia Federal da Saúde, na Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil, que a partir de 1972, por Portaria do Ministério do Trabalho, entrou no circuito das creches empresa. Apenas em 1979 é que passaram a fazer vistorias nas creches, apesar de não terem infra-estrutura para isso. Esta Delegacia é considerada um órgão normativo, isto é, deveria dizer como fazer a vistoria e designar quem fizesse. Na realidade vistoriam as creches mas não verificam com que empresa o convênio será feito. Concedem o certificado para a creche sem saber onde se localiza a empresa. A homologação do convênio é feita na Delegacia do Trabalho, que não divulga a informação, remetendo para o Ministério da Saúde esta responsabilidade.

Há uma publicação do Ministério da Saúde especificando as condições de equipamento, instalações, higiene e pessoal capacitado da creche para concessão do certificado. Creches com 15 leitos até creches com 150 leitos já conseguiram convênios com empresas. Os pedidos de vistoria aumentaram nos últimos anos. A zona sul da cidade é a que mais pede vistoria e o ABCD a que menos solicita.

A lei que obriga a empresa a fazer convênios com creches é interpretada pelos empresários, como obrigatoriedade de reservar um leito para cada trinta empregadas em idade fértil.

A forma como são feitos os convênios entre creche e empresa, contribui para que o leito fique apenas reservado e não haja condições de uso de fato. O leito reservado custa 1/5 do valor do leito ocupado, pois há necessidade apenas de manutenção de limpeza, podendo a creche arrendar o mesmo berço para outras empresas, criando assim uma indústria de leitos vazios.

O Ministério da Saúde confessou-se inoperante, admitindo que não há proteção à criança e à mãe, nem por parte da legislação, nem por parte da fiscalização.

A mãe trabalhadora tem direito a 3 meses de licença maternidade. A creche empresa tem obrigação de atender a criança até os 6 meses, isto é, por 3 meses apenas.

Portanto, mesmo que a legislação fosse cumprida, o problema da guarda dos filhos da trabalhadora não estaria resolvido.

c) A creche empresa

Visitamos apenas as creches de empresas onde havia pessoas conhecidas ou onde chegamos através de apresentação de outra empresa. Com exceção de duas, o capital acionário é majoritariamente estrangeiro e os leitos vazios nos berçários uma constante.

A creche da ARNO, no Bosque da Saúde, começou a funcionar em 1981; recebe 11 crianças e possui 36 berços. O período de permanência é das 6 às 17 hs e até que a criança complete 6 meses de idade. As operárias não pagam nada, e a creche fornece medicamentos, fraldas descartáveis, alimentação e as mães amamentam os filhos duas vezes por dia. O atendimento é feito por uma enfermeira e uma auxiliar.

AVON, Interlagos, começou a funcionar em 1981; recebe 18 crianças e possui 30 berços. O período de permanência é das 7:00 às 17 hs e até que a criança complete 1 ano de idade. As operárias não pagam pelo serviço e a creche fornece medicamentos, alimentação, fraldas descartáveis, e as mães podem ver a criança durante o horário de serviço, independente da amamentação. Há previsão da creche lotar em dois meses. A empresa fornece condução de ida e volta para todas as operárias. O custo percapita foi de Cr\$ 3.980,00, sem incluir o pagamento de pessoal, no mês de julho de 1981. O atendimento é feito por uma enfermeira e duas auxiliares.

LINHAS CORRENTES, Ipiranga, começou a funcionar em 1945, recebe 16 crianças e possui 24 berços. Funciona das 7 às 17 hs e as crianças podem permanecer até completarem 9 meses. As operárias pagam Cr\$ 500,00 por mês e os medicamentos individuais. Aquelas que trabalham no turno da noite não podem usar a creche. As mães recebem gratuitamente medicamentos comuns para todas as crianças, alimentação, fraldas lavadas e apenas vêem a criança aquelas que estiverem amamentando. A maioria não amamentava alegando falta de leite. O custo percapita foi de Cr\$ 3.3770,00, sem incluir o pagamento de pessoal, no mês de julho de 1981. O atendimento é feito por uma enfermeira e 4 auxiliares.

SOUZA CRUZ, Brás, começou a funcionar em 1974, foi desativada e reabriu em 1977. Recebe 9 crianças e possui 25 berços. Funciona das 5 às 23 hs e as crianças podem permanecer até completarem 1 ano de idade. As instalações são antigas, mal iluminadas, as crianças não tomam sol e há apenas uma funcionária, auxiliar de enfermagem. As mães podem ver a criança a qualquer hora.

PRADA Metalúrgica, Socorro, começou a funcionar em 1979, recebe 6 crianças e possui 12 berços. O tempo de permanência é por 6 meses e funciona das 6 às 14 hs. Apenas as mulheres tem direito a creche, embora os operários constantemente solicitem vaga para seus filhos. Mesmo subutilizada, a empresa não faz essa concessão. Os gastos com a creche, no mês de julho/1981, foram de Cr\$21.872,41, sem incluir pagamento de pessoal. O atendimento é feito por 2 funcionárias.

GIROFLEX, Santo Amaro, começou a funcionar em 1974, por iniciativa da Matriarca da família proprietária. Recebe 15 crianças de 3 a 6 anos, filhos de trabalhadores homens, porque a empresa não usa mão-de-obra feminina. Permanecem das 7 às 17:30hs e os pais pagam Cr\$ 30,00 por mês. As crianças desenvolvem atividades sob orientação de duas estagiárias, estudantes de psicologia. Há apenas um salão com mesinhas e armários para todas as crianças. As atividades ao ar livre desenvolvem-se no parque ou no tanque de areia, nas dependências internas da empresa. O custo mensal total para a empresa é de Cr\$ 200 mil cruzeiros por mês.

PFIZER, Guarulhos, funciona desde 1970, por reivindicação das funcionárias. Recebe 20 crianças de 0 a 6 anos, filhos do pessoal de administração. Permanecem das 8 às 17 hs e os pais pagam Cr\$ 5.400,00 por mês. O berçário funciona dentro da empresa e possui 6 berços para crianças até 6 meses. Na área da empresa, mas sem estar subordinada a ela, funciona a creche de 6 meses a 6 anos. A empresa fornece alimentação e condução para todas as crianças. As acomodações internas são péssimas, sendo cada berço ocupado por duas crianças. Quatro funcionárias pajens desenvolvem recreação em duas salas e as crianças usam a piscina da empresa e uma imensa área de jardins com parque, brinquedos e areia.

A creche da FEPASA, bairro da Luz, funciona desde 1957, em resposta a uma solicitação das funcionárias da Estrada de Ferro Sorocabana. Recebe 124 crianças, filhos de funcionárias, na faixa etária de 2 meses a 7 anos incompletos. As crianças são agrupadas segundo a idade: berçário I, 0 a 1 ano (supervisionado por 3 pajens); berçário II, 1 a 2 anos (3 pajens); mini-maternal, 2 a 3 anos; maternal, 3 a 4; jardim 4 a 5 e pré, 5 a 7 anos. A partir do mini-maternal cada turma é supervisionada por uma pajem e uma professora especializada. A creche conta ainda com uma médica que presta assistência diária (meio período) e uma auxiliar de enfermagem (período integral).

A empresa fornece as instalações, alimentação, remuneração dos funcionários. Para as despesas extras, como festejos e compra de brinquedos para ocasiões especiais, é descontado 2% da folha de pagamento das mães que têm crianças na creche.

Creche Comunitária

As creches comunitárias têm a sua origem invariavelmente numa necessidade da comunidade, que, profundamente envolvida com o surgimento da creche, encarrega-se da sua administração e orientação através de representantes escolhidos para este fim. Neste sentido, uma das características da creche comunitária é o compromisso e o envolvimento da administração com a comunidade a quem deve prestar contas.

Por causa das inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas, essas creches acabam fazendo convênios com as entidades mantenedoras (LBA, prefeitura, órgãos assistenciais) o que às vezes pode se tornar fonte de conflito devido a orientações divergentes.

Visitamos a creche comunitária de Embu-Guaçu, situada neste município, periferia de São Paulo. A creche funciona numa casa comum sem qualquer adaptação para esse fim, com exceção do mobiliário; atende 45 crianças na faixa etária de 2 a 6 anos, divididas em 3 grupos. O horário de funcionamento procura se adequar às necessidades das mães que, em geral, trabalham como diaristas em São Paulo. Assim, mesmo após o término do expediente, uma funcionária que reside nas proximidades permanece com as crianças, cujas mães são retardatárias.

A idéia da creche nasceu de uma necessidade sentida por um grupo de mulheres que freqüentava um clube de mães, dentro das atividades comunitárias programadas pelo Movimento Renovador Paulo VI da paróquia local. Com o apoio do Movimento e das pessoas da comunidade, fundou-se a creche, que recebe auxílio da Paróquia (aluguel da casa); do Serviço Social da PUC (remuneração do pessoal e orientação pedagógica e psicológica das atividades) e da LBA (alimentação e material pedagógico). As mães também contribuem de acordo com as suas disponibilidades, com trabalho, ou financeiramente.

ANEXO Nº 2

Participação em palestras, reuniões, encontros e seminários organizados por outras Instituições.

- Encontro de Educadores Prê-escolares de Aracajú, Aracajú, janeiro, de 1981.
- Mesa redonda sobre "Educação: uma questão política". SBPC, Santos, março de 1981.
- Seminário promovido pelo Movimento de Defesa do Menor - São Paulo, junho, 1981.
- Mesa redonda sobre "Políticas Governamentais e a Mulher" - SBPC, Salvador, julho 1981.
- Treinamento para Diretoras de Creche, Auxiliares de Direção, Técnicos de SURS - SURS de Campo Limpo, julho 1981.
- Seminário para Administradores de Creche - SENAC - LBA, São Paulo, outubro 1981.
- Seminário Latino-americano de Metodologias Alternativas. Ribeirão Preto, outubro 1981.
- Mesa redonda sobre a Condição Política e Social da Mulher - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, outubro 1981.
- Encontro sobre creches promovido pelo Sindicato dos Bancários. São Paulo, outubro 1981.
- Encontro Regional dos Centros de Convivência Infantil. Campinas, outubro 1981.
- Encontro de Educadores. "A participação dos municípios na Educação pré-escolar". São Paulo, novembro 1981.
- Grupo de trabalho sobre educação pré-escolar. ANPED, 1981

ENCONTRO SOBRE CRECHE

1) Justificativa

Como parte do trabalho de levantamento de necessidades, informações e iniciativas na área de creches, com vistas ao planejamento de um produto que possa instrumentar grupos de ação nesse campo, foi realizado um encontro, que contou com a participação de pessoas de várias regiões do país.

O planejamento e realização deste seminário integra o conjunto de atividades ligadas ao projeto "O que se deve saber sobre creches". Constitui tanto uma atividade meio, visando obter informações e levantar problemas relevantes nessa área, como também um dos produtos do trabalho, na medida em que permitiu uma troca de experiências entre representantes de diferentes grupos e uma primeira divulgação do acervo de dados e documentação que a equipe de pesquisa acumulou.

Somando-se aos recursos já disponíveis a partir do financiamento da Fundação Ford, foi solicitada e obtida uma complementação de verba da Fundação Pathfinder, o que possibilitou a realização do encontro a nível nacional.

Dessa forma foi possível reunir na Fundação Carlos Chagas, durante os dias 21, 22 e 23 de setembro, 35 pessoas de formação e proveniência diversas, para discutir coletivamente suas experiências de trabalho ou de reivindicação na área de creches.

O encontro, além de atingir seus objetivos mais diretos, trouxe também a oportunidade de iniciarmos alguns estudos, originalmente previstos como trabalhos preparatórios do seminário, mas que acabaram por se constituir em novos núcleos de investigação, dentro do projeto "O que se deve saber sobre creches". É o caso, por exemplo, do levantamento sobre creches em empresas e da questão da reivindicação por creches realizadas no âmbito dos sindicatos.

Enquanto atividade ligada ao projeto central, o encontro permitiu assim, ao lado de uma troca que incluiu a divulgação do trabalho da equipe e a possibilidade de futuros intercâmbios, um co-

nhecimento maior da realidade sobre a qual se pretende atuar.

2) Objetivos

Os objetivos do encontro constituem uma tradução dos objetivos do projeto a nível de discussão coletiva.

A procura de uma abordagem múltipla e aplicada levou a que se procurasse obter uma composição dos participantes do encontro que levasse em conta os critérios de valorização de experiências de atuação concreta e de diversidade de abordagens e níveis de ação.

Sendo a preocupação básica voltada para a mulher e a criança, integradamente, foi proposto um temário que abarcasse questões relevantes para as necessidades de ambas.

Dentro da orientação básica de não camuflar os conflitos entre teoria e prática, entre o nível técnico e a atuação concreta, a seleção e organização das comunicações individuais, dos grupos de trabalho e dos debates coletivos buscaram possibilitar o confronto de opiniões e pontos de vista, principalmente entre representantes de órgãos oficiais e membros de grupos locais de ação.

Foi possível, assim, a obtenção de depoimentos individuais e de discussões em grupo — gravados e transcritos — que contêm uma riqueza muito grande de elementos e que podem ser utilizados como matéria prima para a produção de materiais prevista no projeto.

Além disso, o encontro permitiu a ampliação de uma rede de intercâmbio pessoal e institucional, pré-condição para o estabelecimento de pontos de contato com o público visado pelo projeto.

3) Alguns dados sobre o encontro

a — Preparação

Um intenso trabalho de levantamento de informações e estabelecimento de contatos precedeu a realização do seminário. A ausência de material escrito, de cadastros, de dados atualizados sobre a questão a nível nacional, levou à necessidade de consultas e visitas

peçoais que compuseram um longo trabalho de investigação sistemática sobre o estado atual do atendimento de creches no país e dos estudos existentes a seu respeito.

Foi organizada uma pequena bibliografia anotada para uso dos participantes, a qual deverá ser ampliada e completada brevemente, e que inclui alguns dos textos que foram trazidos para o encontro.

A partir de dados colhidos entre os convidados, foi organizado um cadastro de nomes e programas de ação ligados à área, documentado, na medida do possível, com material escrito e fotográfico. Esse cadastro deverá ser ampliado através de futuros contatos e visitas.

b — Participantes

Participaram do encontro representantes de:

Creches comunitárias

- Creche Fé e Alegria de Mauá — Grande São Paulo (participante da entidade que mantém a creche)
- Creche Pixote de Osasco — Grande São Paulo (participante da equipe da creche)
- Creche de Ibirité — Grande Belo Horizonte (moradora do bairro)

Creche de entidade profissional

Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre (administradora)

Creches com algum suporte governamental

- Grupo de administradores de creches conveniadas da zona sul de São Paulo — convênio com Prefeitura Municipal (representante do grupo)
- Pajens de creches conveniadas de São Paulo (duas pajens)
- LBA — Ceará (Coordenadora do conjunto de creches)
- Mobral — Manaus (moradora do Morro Cristo Rei, local da creche do Mobral)
- LBA — Região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (supervisora de 17 creches conveniadas com a LBA)

Creche em área rural

- Creche da Cooperativa Agrícola Holambra — Campinas, Estado de São Paulo (administradora da creche)

Programas governamentais

- Fundação de Serviço Social de Brasília — creches domiciliares nas cidades satélites (supervisora pedagógica da OMEP)
- Prefeitura Municipal de São Paulo — creches diretas (administrador de núcleo da zona sul)
- Prefeitura Municipal de São Paulo — Coordenadoria do Bem Estar Social — (representante do órgão central)
- Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo — centros comunitários (coordenadora do programa)
- Projeto piloto de fiscalização do Ministério do Trabalho, Delegacia de Florianópolis, Santa Catarina (coordenadora)

Órgãos governamentais

- Ministério da Educação — Departamento de educação pré-escolar (técnico)
- Ministério da Saúde — Delegacia regional de São Paulo (médico)
- Ministério do Trabalho — Coordenadoria de proteção ao trabalho da mulher e do menor (assessora)
- Ministério da Previdência Social (a representante convidada não compareceu)

Creche de instituição

- Creche de penitenciária feminina de Porto Alegre (diretora da penitenciária)

Creches de empresas

- Linhas Corrente — São Paulo (administradora)
- Paramount Lásul — Sapucaia do Sul — Rio Grande do Sul (administradora)

Movimentos sindicais de reivindicação

- Sindicato dos Têxteis — São Paulo (operária, participante do sindicato)
- Sindicato de trabalhadores rurais do interior da Paraíba (presidente)
- Sindicato dos aeroviários — comissários da Varig-Cruzeiro (representante)

Grupo feminista

Comissão de creches — Centro da Mulher Brasileira — Rio de Janeiro (uma das fundadoras)

Grupo de reivindicação de bairro

- Movimento de luta por creches de São Paulo (representantes da zona leste, zona norte e zona sul)
- Movimento de bairros de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (representante)
- Favelas do Rio de Janeiro — trabalho comunitário (representante)
- Movimento de bairros de Belém, Pará (representante)

Universidade — pesquisa sobre creche

- Universidade Federal de Minas Gerais (duas pesquisadoras)
- Faculdade de Psicologia de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (coordenadora de grupo de pesquisa)
- Universidade Federal da Bahia (uma pesquisadora)

Observadores

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq
- Departamento de Ciências Sociais da USP
- Jornal "O São Paulo" da Cúria Metropolitana de São Paulo

c — Organização dos debates

O horário estabelecido previa uma série de depoimentos orais pela manhã, acompanhados ou não por slides, seguidos de um período de questões feitas pelo plenário aos depoentes.

Após o almoço, realizado na Fundação, havia um período reservado para consultas ao material exposto na biblioteca, encaminhamento de pedidos de xerox e uma projeção de filme. Foram exibidos os filmes de curta metragem "Minha vida, nossa luta", de Suzana Amaral, "É menino ou menina?" de Marília de Andrade e "Só o amor não basta" de Dilma Lões.

Durante o período da tarde reuniam-se os cinco grupos de discussão*, e no final do dia era feito um painel geral. No terceiro dia, a tarde foi inteiramente ocupada por um debate conjunto que fechou o encontro.

Na noite do segundo dia foi realizado um debate público na Câmara Municipal, com alguns participantes do encontro.

d — Temário

A partir de uma consulta prévia a todos os participantes, foi organizado um temário de discussão que integra as diversas sugestões recebidas. Este temário, reproduzido a seguir, orientou as discussões dos grupos de trabalho que se reuniram no período da tarde, durante os dois primeiros dias do seminário.

Temário

1. IMPLANTAÇÃO

1. a creche é a melhor solução para a guarda da criança?
2. tipos de creche, em função de necessidades diversas.
3. quais as implicações da localização da creche no local de trabalho ou moradia.
4. que faixa etária a creche deve cobrir.
5. como diferenciar os programas para as diversas idades da criança.
6. como conseguir verbas.

* Em cada grupo participou uma das cinco organizadoras do encontro: Elvira Souza Lima, Fúlvia Rosenberg, Maria Malta Campos, Marlene S. Goldentein e Regina Pahim.

7. dificuldades burocráticas para legalização e financiamento.
8. responsabilidade do Estado, da empresa e da comunidade.
9. Legislação: trabalhista e relativa à criação e funcionamento.
10. áreas de competência dos vários órgãos oficiais.
11. pressão da população para obtenção de creches.

II. GESTÃO

1. quem deve tomar as decisões na creche: a instituição, o pessoal, os pais, a comunidade.
2. orientação e ideologia da creche e sua relação com a família.
3. relação da creche com a comunidade.
4. controle da programação pelos órgãos que financiam as creches (Estado, empresa, instituições de caridade, sindicato, etc)

III. FUNCIONAMENTO

1. De acordo com que critérios se definem os padrões de funcionamento da creche: segundo critérios da população ou dos técnicos.
2. Horários de funcionamento da creche e necessidades reais da mulher trabalhadora.
3. Características e formação do pessoal que trabalha na creche (voluntários, moradores ou técnicos).
4. Remuneração e carga de trabalho.
5. Treinamento de pessoal.
6. Questões ligadas ao desenvolvimento físico das crianças: saúde, alimentação.
7. Propostas pedagógicas e suas diferentes implicações no desenvolvimento psicológico das crianças: afetivo, intelectual, social.

Os grupos de discussão redigiram sínteses de seus debates que foram distribuídas a todos os participantes.

Quanto aos depoimentos orais, houve uma orientação prévia a cada um dos que se apresentaram, no sentido de ajudá-los a organizar sua comunicação da forma mais completa e sintética possível.

Os representantes de órgãos oficiais que não realizam trabalho local não fizeram relatos orais.

f - Divulgação

Houve divulgação diária pela imprensa ("Folha de São Paulo"), pelo rádio e pela televisão. Posteriormente foram publicadas matérias no "O São Paulo" e outros semanários.

O jornal "Mulherio" traz, no número 4, uma extensa matéria sobre o tema.

Ainda com o intuito de divulgar o trabalho, foi proposto ao CNPq um projeto de financiamento do relatório final do encontro, que deverá ser redigido de forma a possibilitar uma ampla circulação.

Este relatório deverá também preencher a finalidade de devolver, aos grupos e instituições que enviaram representantes ao encontro, o acervo de informações, dados, posições e propostas obtidas a partir da participação de todos.

4) Resultados

Como propostas surgidas a partir das discussões finais do encontro, alguns subprojetos deverão ser iniciados em breve. Eles coincidem com o que havia sido previsto no projeto "O que se deve saber sobre creches", mas estão reforçados pela constatação das prioridades mais urgentes sentidas pelos grupos que atuam, seja em movimentos de reivindicação, seja diretamente no trabalho de organização de creches.

O primeiro refere-se ao tema da legislação e regulamentação relativas aos direitos da mulher trabalhadora, a serviços de creche e ao financiamento e fiscalização das creches e demais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos. A oportunidade da publicação de um estudo acessível a respeito do assunto, e de propostas de modificação da legislação existente, impõe-se em vista da sobreposição de áreas de competência oficial e das deficiências da legislação trabalhista.

O segundo responde à necessidade, sentida principalmente pelos grupos de ação local, de criação de uma rede alternativa de troca de experiências e divulgação de propostas, inclusive pedagógicas, o que possibilitaria o desenvolvimento de linhas de trabalho

que não se limitassem à aplicação de programas elaborados por órgãos oficiais, quase sempre distantes da realidade local. O encontro constatou a existência de inúmeras tentativas autônomas de criação de programas, que não são divulgadas e avaliadas por falta de canais de comunicação adequados. Como primeiro passo na direção da formação dessa "rede alternativa", a organização de um cadastro de experiências e entidades tem o objetivo de iniciar a documentação do acervo de iniciativas locais já existentes.

O relatório do encontro, a ser publicado, pode ser o primeiro veículo a percorrer o caminho de volta para os grupos locais, levando o registro dos relatos feitos por ocasião do encontro.

Finalmente, o principal resultado do encontro é o interesse despertado em participantes muito diversos, que se dispuseram a rever suas experiências, recebendo e fazendo críticas e sugestões, abrindo suas perspectivas de análise e ação e sentindo-se parte de um esforço coletivo, ainda que carregado de contradições, para enfrentar o problema do cuidado alternativo de crianças pequenas no país.

ANEXO Nº 4

MATERIAIS PRODUZIDOS

Bibliografia
Capítulo sobre Creches
Artigo Revista ANDE
Mulherio nº 4

BIBLIOGRAFIA

Esta bibliografia foi preparada para o Encontro Nacional sobre Creches, realizado na Fundação Carlos Chagas. Considerando-se que grande parte dos participantes deste Encontro eram pessoas não familiarizadas com a forma tradicional de se apresentar referências bibliográficas, optou-se pelo presente formato, para relacionar o material que a Fundação dispunha sobre a questão da guarda e educação das crianças de 0 a 6 anos.

Parte deste material será divulgada em breve, como indicamos no corpo do relatório, pelo Boletim de Notícias do Setor de Biblioteca e Documentação da Fundação Carlos Chagas.

I — EM PORTUGUÊS

Creches alternativas

Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP)

Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, 1980. mimeo. 28 pág.

É um relatório das formas alternativas de creche encontradas no Município de São Paulo, que foram visitadas por equipe da COGEP. As visitas foram feitas em maio e junho de 1980 e abrangeram: creches em prédios alugados, núcleos comunitários, mini creches de São Miguel, Projeto Segundas Mães (mães substitutas), creches da "Linhas Corrente".

Subsídios à equiparação do "per capita" ao custo real nas creches indiretas e conveniadas no Município de São Paulo.

Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP)

Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, 1980. 6 pág.

Apresenta dados sobre a quantia paga pela Prefeitura às creches, por criança ("per capita"), e uma relação entre entidades e atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Município de São Paulo.

Subsídios para a elaboração de uma política de atendimento à infância — Relatório preliminar

Rosa Verardi e Ana Lúcia Cavalcanti

COGEP São Paulo, 1980. 27 pág.

Estudo realizado com o objetivo de fornecer algumas indicações para atendimento à criança de 0 - 6 anos, com a preocupação de buscar na própria população quais suas necessidades mais prementes.

Os dados foram obtidos em três fontes: uma favela, um conjunto habitacional e um loteamento com auto-construção na periferia de São Paulo.

A luta por creches

Maria M. Malta Campos

Revista Almanaque nº 11. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1980. 4 pág.

Neste artigo é discutido o movimento popular que, nos últimos anos, surgiu e vem se ampliando, principalmente, em São Paulo. Este movimento não só reivindica a criação de creches, como tem tomado a iniciativa de montar suas próprias creches,

A autora discute, também, a questão da autonomia destas creches quando elas passam a receber auxílio oficial.

Creches comunitárias em São Bernardo do Campo

Maria Luiza Luz do Prado

São Bernardo do Campo 1979. mimeo. 44 pág.

Descreve o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Promoção Social, juntamente com os moradores da comunidade, em duas favelas do Município de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). Este trabalho demonstra como recursos públicos e da comunidade podem ser utilizados conjuntamente, reduzindo, assim, o custo de implantação e manutenção de creches.

As creches no Brasil

Maria M. Malta Campos

1977. mimeo. 15 pág.

Depoimento apresentado em 28/04/77 à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Situação da Mulher. Contém um quadro geral da situação relativa às creches no país.

Considerações sobre a creche e a pré-escola no Brasil

Maria M. Malta Campos

Rio de Janeiro 1980. mimeo. 9 pág.

Comunicação apresentada na 32.^a Reunião Anual da SBPC de 1980. Discute as áreas de atuação da creche e da pré-escola a partir de dados sobre a cidade de São Paulo e sobre algumas áreas do país.

Trabalho sobre creche

Banco Central

São Paulo s.d. mimeo. 40 pág.

Dossier sobre creche, organizado pelo movimento dos funcionários do Banco Central. Este trabalho foi apresentado à direção do Banco para reforçar a reivindicação por creche.

Comunidade infantil-creche

Mariana Augusto

Editora Moraes. São Paulo 1979. 100 pág.

O livro visa a orientação para construção e funcionamento de creches, de acordo com as exigências da pediatria contemporânea.

Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica

Maria M. Malta Campos

Trabalho apresentado no ciclo de debates sobre o Pré-escolar, Secretaria de Assistência, Ministério da Previdência e Assistência Social. Publicado na revista Cadernos de Pesquisa, nº 28, março de 1979. 18 pág.

O trabalho discute o recente interesse pelo pré-escolar no Brasil, relacionando-o com o contexto social e com o exemplo de outros países. São examinadas as várias modalidades existentes de atendimento e a carência de vagas, sendo sugeridos critérios para uma política de assistência nesta área.

Participação dos pais e da comunidade na educação da primeira infância — Síntese e conclusões

3º Seminário do Hemisfério Ocidental Cali, Colombia. março 1979. Fundação Carlos Chagas. São Paulo 1980. 32 pág.

É o relato do seminário onde foi discutida a participação dos pais e da comunidade na educação da primeira infância.

Discute os papéis da família, da escola e da comunidade em relação à criança desta faixa etária.

A educação pré-escolar no mundo

Gaston Mialaret

Editora Moraes. Lisboa 1976. 174 pág.

Escrita por um educador francês, este livro trata do atendimento institucionalizado à criança na faixa pré-escolar, abrangendo a experiência de vários países.

Fala dos objetivos, métodos, materiais e atividades da criança na pré-escola.

Aborda também, embora mais resumidamente, a participação dos pais e da comunidade neste processo.

A pré-escola em São Bernardo

Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo
São Bernardo do Campo 1979. 55 pág.

É um documento sobre a pré-escola em São Bernardo, contendo um pequeno histórico, descrição da assistência prestada ao pré-escolar, incluindo o currículo nas diversas faixas etárias e a atuação da Associação de Pais e Mestres.

Atendimento ao pré-escolar — vol. 1

Ministério da Educação e Cultura
Brasília 1979. 192 pág.

O livro divide-se em quatro tópicos. Os dois primeiros tratam do desenvolvimento e problemas da criança em idade pré-escolar e das medidas educacionais adequadas a esta faixa etária. Os outros dois tratam do educador: formação, treinamento e atuação.

Atendimento ao pré-escolar — vol. 2

Ministério da Educação e Cultura
Brasília 1979. 88 pág.

É dividido em duas partes. A primeira trata da higiene e saúde do pré-escolar, com algumas noções para o educador (questões sobre desenvolvimento, doenças infantis etc). A segunda, sobre nutrição e higiene, contém vários esclarecimentos sobre a alimentação e cuidados com a criança de 0 a 6 anos.

A pré-escola

Revista Didata nº 8/1978 — pág. 3-9.

Entrevista do ex-Secretário de Educação do Município de São Paulo, Hilário Torloni, sobre as preocupações e atuação da Prefeitura em relação ao atendimento ao pré-escolar.

Creches — Instruções para instalação e funcionamento

Ministério da Saúde
Brasília 1972. 83 pág.

Apresenta os requisitos e as orientações para instalações, administração (construção, equipamento, pessoal) e funcionamento de uma creche (seleção, assistência alimentar, médica e psicopedagógica, orientação da família e comunidade).

Distribuição de oportunidades de educação pré-escolar no Brasil

Alceu R. Ferrari e Lucia Beatriz Velloso Gaspari
Revista Educação e Sociedade, nº 5, jan. 1980. pág. 62-79.

Os autores apresentam dados da situação da educação pré-escolar no Brasil, no período de 1970 a 1974, efetuando uma análise crítica do emprego da "educação compensatória" nos programas governamentais de atendimento a esta faixa.

Privação cultural e educação pré-primária

Maria Helena Souza Patto

Ed. José Olympio. Rio de Janeiro 1977. 96 pág.

Aborda as características psicológicas da criança carente cultural, os programas de educação compensatória elaborados para suprir estas deficiências e sua aplicabilidade no Brasil.

Creche: necessidade e realidade — Relatório de pesquisa

Berenice Moreira, Maria Elza Pozza, Maria E.S.T.Santo, Maria Luiza Simões Dias e Moema Toscano

Rio de Janeiro. s.d. mimeo.

Apresenta um levantamento das creches no Rio de Janeiro e sua caracterização do ponto de vista da clientela, fontes de recursos e das suas relações com diferentes instituições públicas e privadas. Contém a descrição mais detalhada do funcionamento de uma delas.

No final, há um levantamento bibliográfico do material disponível sobre creches (livros especializados, teses, relatórios, projetos de pesquisa).

Educação pré-escolar

Elaborado por Maria Thereza M. de Souza

Ministério da Educação e Cultura. maio 1980. Bol. nº 11. 10 pág.

É um documento da COEPRE — Coordenadoria de Educação Pré-Escolar — de orientação para a elaboração de currículos segundo a realidade de cada região do país.

Os anos mágicos. Primeira infância-compreensão e educação

Selma Fraiberg

Editora Brasiliense. São Paulo 1980. 803 pág.

O livro trata da primeira infância e está dividido em cinco partes.

1. Introdução
2. Os primeiros dezoito meses;
3. Dos dezoito meses aos 3 anos de idade;
4. Dos três aos seis anos;
5. Conclusão.

A autora fala sobre o desenvolvimento da criança em seus vários aspectos e sobre a educação na faixa dos 0-6 anos.

Pela educação dos pais conquista-se o futuro dos filhos

Mec-Mobral. Rio de Janeiro. 1980.

Contém duas publicações do Mobral: "Vamos trabalhar com crianças", com 52 páginas e "Proposta para um atendimento educacional a crianças de 4 a 6 anos provenientes de população de baixa renda", com 16 páginas. Ambas tratam do problema da educação pré-escolar e propõem um atendimento que envolve pais e a comunidade, que já vem sendo aplicado em populações de baixa renda.

Relatório de desenvolvimento do projeto Equipamento Comunitário — Creche

SURS Butantã
São Paulo 1979. mimeo. 18 pág.

É o relato do trabalho empreendido pelos moradores de Vila Dalva, que construíram, em mutirão, um equipamento comunitário. Este equipamento serve não só para creche como para outras atividades comunitárias: cursos do MOBREAL, núcleos de trabalho, OSEM, local para reuniões de moradores.

Creche

Jornalzinho, publicado da Coordenadoria do Bem-Estar da Prefeitura Municipal de São Paulo

No número 1, além de informações gerais estão alguns depoimentos como, por exemplo, da líder da favela de Vila Prudente, de uma empregada doméstica que tem seu filho na creche, e de uma diretora de creche.

No número especial, apresentação das metas do coordenador do Bem-Estar Social, e informações sobre a ampliação da rede no Município.

Levantamento de dados da Educação. LDE/79

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
São Paulo 1979. 27 pág.

Apresenta os seguintes dados sobre a Educação Pré-Escolar no Estado de São Paulo:

1. Número de escolas por nível de atendimento;
2. Número de classes por nível de atendimento;
3. Número de alunos por nível de atendimento;
4. Número de alunos por idade;
5. Número de docentes por grau de formação;
6. Pessoal técnico, técnico-administrativos e administrativo por grau de formação.

Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches

Eva A. Blay
mimeo s.d. 12 pág.

A autora se propõe a desenvolver uma análise das principais causas que provocaram o surgimento de movimentos femininos e feministas no país e as reivindicações destes movimentos, no período histórico de 1964 a 1979.

A escola do professor Mao

Bruce Dollar
Jornal do Brasil 29/04/73. 4 pág.

Breve reportagem publicada no Jornal do Brasil sobre o cuidado da criança na China Socialista, abrangendo as atividades desenvolvidas e os conceitos educacionais.

CBB — Comissão dos Bairros de Belém

Folheto
Belém Pará 1981. 11 pág.

Publicação elaborada por esta Comissão, que foi formada em 1979 com três representantes de cada bairro, para lutar por melhores condições de vida para o trabalhador. Entre as reivindicações aí apresentadas, está a de escola para as crianças.

Relatório anual 1978 do PAPE (Programa de Atendimento ao Pré-escolar)/SESI

Rio Grande do Sul. 1978. mimeo. 18 pág.

Relatório das atividades desenvolvidas no primeiro ano de implantação da Comissão Intersectorial responsável pela integração e coordenação do programa de atendimento ao pré-escolar do SESI, no Rio Grande do Sul, com algumas referências e estatísticas das Unidades Operacionais em funcionamento.

Crianças carentes em ambientes carentes: estrutura, funcionamento, ambiente interacional e avaliação do desenvolvimento em creches que atendem à população de baixo nível sócio-econômico.

Maria Clotilde F. Ferreira; Leonor M. Faria; Regina Secaf; Terezi-
nha Picolo e Marcia Rubiano.

Trabalho apresentado ao XVIII Congresso Interamericano de Psicologia Santo Domingo. junho 81. mimeo. 32 pág.

Relatos dos dados colhidos pela equipe acima em 13 creches da região de Ribeirão Preto, aonde elas vem desenvolvendo, há três anos, um projeto de pesquisa-ação, com o objetivo de fazer uma caracterização das creches, observar o ambiente interacional que envolve as pessoas (adultos e crianças) e buscar formas de avaliar aspectos do desenvolvimento das crianças que frequentam a creche.

Creches comunitárias: uma indagação para a Psicologia

Ora Meisel

Rio de Janeiro 1979, mimeo. 131 pág.

Tese de Mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nela, a autora discute o significado para a criança da ruptura entre o espaço familiar e o espaço-creche.

Antes dos seis anos

Revista O correio da Unesco, ano 6 nº 7. Rio de Janeiro junho 1978. 34, pág.

Apresenta experiências bem diversificadas de educação da criança pequena (0-6 anos), abrangendo países de todos os continentes.

Programa criança-para-criança

MEC/UNICEF. Brasília 1980. 14 pág.

Esta publicação apresenta inúmeras orientações e sugestões práticas de atividades a serem ensinadas às crianças maiores para a compreensão e participação do desenvolvimento dos menores.

Manual para visitantes domiciliares - atividades lúdico-educativas

Fundação do Serviço Social/OMEP. Brasília 1981. 99 pág.

Este manual refere-se ao subprojeto de creches domiciliares, integrado ao projeto de Serviços Integrados de Assistência ao Pré-Escolar Carente.

Está dividido em três partes. A primeira apresenta as características de desenvolvimento da criança na faixa dos 0 aos 6 anos. Na segunda descreve-se, sucintamente, o funcionamento do Centro de Treinamento e Recreação, onde são realizados os treinamentos das mães crecheiras. Finalmente, na terceira são apresentadas as várias atividades propostas para as crianças: linguagem, atividades musicais, jogos de percepção, atividades livres diversificadas, recreação, expressão corporal.

Diretrizes da atuação do Mobral

MEC/SEPS, Brasília 1981, mimeo. 16 pág.

É um documento que pretende situar as linhas de atuação do Mobral nas áreas da educação pré-escolar e do ensino supletivo, bem como definir o espaço institucional do Órgão e, por consequência, as formas de operacionalização de sua proposta.

É preciso conhecer para mudar

Prefeitura do Município de Piracicaba
Piracicaba 1981. 15 pág.

Apresenta o Programa Municipal de Educação elaborado pelo governo do PMDB para o Município de Piracicaba. Deste programa constam diferentes atividades, que visam atender o trabalhador e sua família. São propostas nas quais a própria comunidade está sempre incluída no planejamento e desenvolvimento dos projetos.

Avaliação da creche da Penitenciária como promotora de Higiene Mental, segundo a percepção dos funcionários da Instituição

Eunice Carvalho da Silva e Lígia Nery
Porto Alegre 1981. mimeo. 25 pág.

Pesquisa realizada na Penitenciária de Porto Alegre que mantém uma creche para filhos das detentas. Procurou-se verificar, com tal pesquisa, se esta creche estaria servindo como promotora de Higiene Mental, através da percepção dos funcionários sobre o trabalho ali realizado.

Expansão e demanda do sistema pré-escolar: uma alternativa para redução do descompasso via TV

Pesquisa em andamento, coordenada por Zaida Lewin e Angela Biaggio, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Rio Grande do Sul 1981. mimeo. 10 pág.

Na impossibilidade de se atender o enorme contingente de crianças em idade pré-escolar através da oferta de serviços educacionais formais, propõe-se a utilização do veículo televisão como uma alternativa para o atendimento à criança desta faixa.

Estabelecimento de capacidade padrão e dimensionamento de escolas
TIPO PRÉ-ESCOLA: documento final

CONESP/CEBRACE
São Paulo set. 1979. 93 pág.

A Escola-tipo constitui um dos instrumentos que levam à racionalização da implementação da rede escolar urbana, permitindo ampliação de sua capacidade conforme as necessidades e possibilidades locais. Este documento refere-se ao redimensionamento dos ambientes já especificados nos "Estabelecimentos para Educação Pré-Escolar" (MEC-CEBRACE) e Especificações Educacionais para Educação Pré-Escolar (MEC-CEBRACE-DEF).

Estudo de aspectos sócio-econômicos-culturais em 42 famílias - grupo de pais de crianças das creches de Campo Limpo e Santo Amaro

Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo
São Paulo 1974. mimeo. 77 pág.

Relatório de um estudo realizado com os pais das crianças sobre os seguintes aspectos:

- Sócio-econômicos (incluindo dados sobre a mãe entrevistada e seus familiares);
- Psicosociais e sócio-culturais, observados na descrição do cotidiano, nas formas de lazer, nas inter-relações do grupo familiar, na expectativa da mãe em relação à creche e na aspiração relacionada à profissão dos filhos.

Plano de integração do menor e família na comunidade

Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo
PLIMEC vol. I. São Paulo 1977. 136 pág.

Apresenta os planos oficiais de atendimento ao menor no Estado de São Paulo. Dentre os programas, destaca-se o PROAPE-Programa de Atendimento ao Pré-Escolar.

Características do desenvolvimento da criança e do adolescente

Elaborado por José Mauro Volpon e Yvanira S. Camillo
Documento Básico nº 1 do Plimec. Secretaria da Promoção Social. São Paulo 1977. 44 pág.

Apresenta detalhadamente as características de cada fase de crescimento, de 1 a 12 meses e, depois, de ano em ano até os 18 anos. São dadas, também, para cada fase uma orientação para o tratamento da criança.

Pegueno guia das creches no Rio de Janeiro

Moema Toscano e Vera Lins
Centro da Mulher Brasileira. Rio de Janeiro 1981. mimeo. 52 pág.

Trabalho do GRUPO CRECHE do Centro da Mulher Brasileira, onde é discutido o problema da mãe trabalhadora e a creche, com a apresentação de soluções alternativas para a creche tradicional verificadas em vários estados do país. Há o relato minucioso da reivindicação por creche pelas funcionárias da Light, que chegou a um resultado positivo. Finalmente, são comentadas a legislação e questões legais relacionadas à instalação e funcionamento de creche.

Mulher

Folheto.
34 pág.

Entre outros artigos, de interesse geral da mulher, há "A Creche que queremos", entrevista com Fulvia Rosenberg sobre a creche e o tratamento dado à criança nesta instituição. (pág. 26-28).

A experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo em educação pré-escolar

M. Tereza Fumagalli, Maria Josefina Tavorlieri e Ruth Amaral Carvalho.
São Paulo 1975

Apresenta histórico, plano de currículo, assistência pedagógica, questões a serem solucionadas a partir desta experiência. Há também alguns anexos referentes à legislação da Educação Pré-Escolar e à ampliação e equipamentos dos parques infantis.

A monitoria de mães, uma concepção em educação

Vera Lucia Wey
São Paulo 1980. 161 pág.

Tese de mestrado da autora, apresentada na PUC de São Paulo, em 1980, sobre a implantação do Planedi no Município de São Paulo e a participação das mães como monitoras no processo de atendimento ao pré-escolar, no período de 1975-1979.

Diretrizes do Pré-Escolar 1980

Coordenadoria de Educação Pré-escolar — COEPRE/MEC
Boletim nº 10, Brasília 1980. 8 pág.

É um relato sucinto das necessidades e importância da criança na faixa etária de 0 a 6 anos, que levaram o MEC a considerar seu atendimento como meta prioritária de ação.

PAC II — Programa de Ação Comunitária

Prefeitura do Município de Piracicaba 1981. 32 pág.

Publicação oficial da Prefeitura, que discute as necessidades e reivindicações da população e as obrigações do poder público em atendê-las.
Comenta o 1º programa implantado em Piracicaba (PAC I) e propõe a realização do PAC-II.

Creches

Maria M. Malta Campos
Revista Psicologia Atual, agosto 79. 3 pág.

Discute a necessidade das creches e seu desenvolvimento na classe média e nas classes populares.

Nossa posição sobre a educação pré-escolar

Leo Kessel
Revista Educação e Sociedade, nº 3. set. 1978. pág 110-114.

O autor discute alguns aspectos da filosofia subjacente à educação pré-escolar no Brasil.

Cadernos da Secretaria de Estado da Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo — 1980-1981

São publicações oficiais sobre estatuto, programas e realizações da referida Secretaria:

- . Regimento Interno dos Conselhos Municipais de Ação Social — CMAS 1980 — 18 páginas;
- . A Promoção Social no Governo Paulo Salim Maluf — 1980 — 16 páginas;
- . Diretrizes Básicas da Secretaria de Estado da Promoção Social — 1980 — 23 páginas;
- . Um trabalho pelos marginalizados — 1980 — 24 páginas;
- . CMAS — Conselhos Municipais de Ação Social — 1981 — 13 páginas;
- . Civismo na Área Social — 1981 — 36 páginas.

"O Casulo"

Números 1 (abril/maio 1979) a 6 (abril/julho 1980).

Periódico da Fundação Legião Brasileira de Assistência LBA, que tem como meta fundamental contribuir para que este projeto seja realmente comunitário, facilitando a comunicação entre as Unidades Casulo e a troca de experiência.

Relatório Geral 1979-Fundação Legião Brasileira de Assistência

Brasília 1979. 90 pág.

Apresenta dados sobre os vários programas desenvolvidos por esta instituição: Projeto Casulo, programa de educação para o trabalho, programa de legalização do homem brasileiro; programa de assistência ao excepcional; programa de assistência ao idoso; ação comunitária na LBA; a programação básica dos Centros Sociais da LBA; V Encontro Nacional da LBA e o Programa Nacional do Voluntariado PRONAU/LBA.

Relatório Geral 1980 — Fundação Legião Brasileira de Assistência

Brasília 1980. 124 pág.

Apresenta: dados sobre a programação; a operacionalização da programação e atuação nos estados e territórios e a sustentação da programação.

Projeto creches na região metropolitana de Belo Horizonte

Livia M.F. Vieira, Regina L.M. Camargos e Glauro V. Miranda.
Mestrado em Educação da Universidade de Minas Gerais. março de 81.
21 pág.

Projeto que tem como objetivo elaborar um histórico da creche em Belo Horizonte, através do seu estudo enquanto agente de socialização e discutir como o Estado, as empresas privadas e outras instituições da sociedade civil têm assumido historicamente o cuidado da criança na faixa etária de 0-6 anos.

Manual sobre creches comunitárias ← Projeto de Pesquisa

Movimento pela Organização da Mulher. MOM
Belo Horizonte sem data. mimeo. 26 pág.

Projeto que tem dois objetivos: elaborar um manual sobre as creches comunitárias enquanto práticas coletivas concretas das classes populares da periferia de Belo Horizonte, e refletir e divulgar as experiências desenvolvidas nas comunidades periféricas e faveladas dessa cidade.

Projeto RAC — Residências de Apoio Comunitário

Ante projeto apresentado à Fundação Bernard van Leer pela Secretaria Municipal de São Paulo
São Paulo 1979. mimeo. 17 pág.

A proposta básica é a de criação de um modelo de atendimento às crianças de comunidades carentes, a ser implantado em áreas delimitadas dentro das regiões críticas do Município de São Paulo. O modelo prevê creches residenciais e formação profissional das mães.

Projeto RAC — Residências de Apoio Comunitário

Atendimento Pré-Escolar Comunitário. Documento Complementar ao Ante-Projeto.
São Paulo 1980. mimeo. 32 pág.

Projeto de atendimento pré-escolar comunitário, com dois objetivos:

1. produzir um modelo de atendimento e educação pré-escolar a partir das necessidades e expectativas da própria comunidade;
2. implantar um sistema de atendimento à criança de faixa etária de 0 a 3 anos incompletos, em Residências de Apoio Comunitário (RAC)

Pré-escola: uma nova fronteira educacional

Paulo Nathanael Pereira de Souza

Livraria Pioneira Edit. São Paulo 1979. 100 pág.

Os assuntos tratados neste livro são:

- . origem e desenvolvimento da pré-escola;
- . pré-escola: do luxo à prioridade;
- . algo sobre as carências infantis;
- . programas de massa na pré-escola;
- . o financiamento da pré-escola.

No final há vários anexos de pareceres do Conselho Federal de Educação sobre a pré-escola, alguns deles elaborados com a participação do autor do livro.

Projeto de creche da Associação dos Comissários da Varig-Cruzeiro

Creche Ninho — ACVAR

Rio de Janeiro 1981. mimeo. 80 pág.

Trabalho elaborado pela ACVAR, desde a escolha e obtenção do terreno até o projeto arquitetônico da creche que deverá ser construída ao lado do Aeroporto do Rio de Janeiro, para os filhos de funcionários das companhias aéreas.

Projeto Casulo

Ministério de Previdência e Assistência Social

Fundação Legião Brasileira de Assistência (MPAS/LBA)

São sete volumes, sendo um sobre normas gerais de organização e funcionamento e seis manuais básicos:

- Diretrizes Básicas para Implantação e Funcionamento. 91 pág.
- Manual Básico 1 — Administração e Organização. 43 pág.
- Manual Básico 2 — Assistência Psicopedagógica. 98 pág.
- Manual Básico 3 — Assistência Alimentar e Ações de Saúde. 43 pág.
- Manual Básico 4 — Orientação à Família e à Comunidade. 58 pág.
- Manual Básico 5 — Mobiliário e Ambiente. 76 pág.

Experiência do pré-escolar

Morro Cristo Rei, Manaus, 1981, mimeo. 4 pág.

Descrição sucinta do histórico da instalação do Centro Comunitário, levado a cabo pela comunidade do Morro Cristo Rei, na periferia de Manaus, juntamente com o Mobral.

Creche ou Centro Infantil — Manual de Orientação

SERVAS — Coordenadoria Geral de Creches
Belo Horizonte 1980. 34 pág.

Manual elaborado pelo Serviço Voluntário de Assistência Social de Belo Horizonte, a partir do trabalho por ele desenvolvido junto às creches e centros infantis da cidade. Divide-se em cinco capítulos: construção ou reforma; organização para o funcionamento; administração; atividades educativas e roteiro para regimento interno.

A formação de creches na região industrial de Belo Horizonte

Francisco Viana, Livia Vieira, Regina Camargos, Rosana Scotti, Vera Victor, Sara Deolinda, Isa da Silva
Belo Horizonte 1980. mimeo. 13 pág.

Apresenta um levantamento sobre o programa das creches que funcionam na região de Belo Horizonte, ligadas a entidades oficiais e filantrópicas.

Meditando com crianças

A arte de concentração e interiorização — Deborah Rozman
Ed. Brasiliense 1979. 160 pág.

A autora apresenta indicações e técnicas de meditação para serem usadas com crianças e adolescentes, objetivando um desenvolvimento global integrado e equilibrado.

II — EM ESPANHOL

Hogares de cuidado diário en Venezuela

Ana Maria de P. Montesinos
La Fundación del Niño. Caracas 1978. 5 pág.

Este artigo apresenta o programa governamental de guarda da criança filha de trabalhadora, segundo o sistema de mãe crecheira, implantado pela Fundación del Niño, órgão governamental de assistência à infância na Venezuela.

Alternativas de atención al preescolar en America Latina y el Caribe

Marta Mauras, Carmem L. Latorre e Johanna Filp
UNICEF. Santiago Chile 1979. 26 pág.

Documento que objetiva ilustrar algumas das estratégias de atendimento à criança em idade pré-escolar, que estão sendo desenvolvidas em diferentes países da região, apontando suas vantagens e limitações.

Divide-se em 5 capítulos:

- . Antecedentes históricos do atendimento ao pré-escolar;
- . Indicadores da situação da criança de 0 a 6 anos;
- . Estratégias de atendimento;
- . Descrição de experiências concretas;
- . Considerações sobre estas experiências.

Tradición y cambio en la educación preescolar latinoamericana

Celia Germani
Revista Educación Hoy nº 2. julho-agosto 74. pág. 3-29.

Apresenta um panorama de educação pré-escolar nos vários países da América Latina, apresentando tipos de instituição, dados estatísticos de matrícula e os problemas que afetam este tipo de educação.

Além disso discute métodos e formas de atendimento ao pré-escolar, verificados nestes países.

El niño urbano en el año internacional del niño

Revista The Urban Edge, vol. 3 nº 9, nov. 1979. 6 pág.

Apresenta algumas experiências educacionais alternativas, tais como creche móvel na Índia; lares para a guarda diurna na Colômbia; escola não-formal domiciliar, no Peru; projeto Casulo no Brasil e alguns programas da UNICEF.

Las madres como centro del hecho educativo — Relato de una experiência

Gabriel Castillo

Revista Educación Hoy, Bogotá, (30). nov. 1975, pág. 27-63.

Uma questão que se coloca a muitos professores e diretores é de como incluir os pais e a comunidade no trabalho da escola.

Este artigo relata uma experiência feita no Chile, que demonstra que o limite entre educação formal e não formal não é tão claro na vida prática como parece ser na teoria.

Participam da experiência professores alunos e pais.

Estudios experimentales y programas pilotos de intervención: un examen de lo avanzado

Ernesto Pollitt

Balanço crítico de princípios e resultados de diversos programas de atendimento pré-escolar a populações carentes na América Latina.

La participación de la comunidad en la educación preescolar

A. Kotliarenko; J. Assael e E. Neumann
Chile 1981. mimeo. 20 pág.

Estudo realizado no Chile, no qual se analisa em que medida é possível incorporar a mãe ao trabalho na sala de aula. Foram observadas dez mães que trabalharam num Centro de Educação Infantil.

Evaluación programa hogares de cuidado diario — Estudio ejecutivo

Maria Carlota de Ruesta e Amalia Barrios de Vidal
Fundación de Niño — UNICEF. Caracas Venezuela noviembre 1978. 39 páginas.

Programa de atenção integral ao pré-escolar, com recursos da própria comunidade. São instalados "Hogares de Cuidado Diário" em casas de mães da comunidade que atendem às crianças de mães trabalhadoras vizinhas durante o horário de trabalho destas. O presente volume é parte de uma série de nove informes de processos e resultados do programa contendo: descrição, avaliação, conclusões, recomendações, estudos de caso.

Situación de la Infancia en America Latina y el Caribe

Juan Pablo Terra

UNICEF. Santiago Chile 1979. 63 páginas

Documento preparado para a "Reunión Especial sobre la Infancia en América Latina y el Caribe", realizado na Cidade do México, de 16 a 18 de maio de 1979.

Apresenta características dos problemas elaborados para o atendimento a esta faixa etária e as tendências e estratégias gerais de ação verificadas atualmente.

Educación de la infancia y comunidad local

Publicação do Instituto Colombiano de Bien Estar Familiar
Bogotá Colombia, 1979. 88 pág.

Apresenta relatos de diversas experiências efetuadas na Colômbia, todas elas envolvendo os pais e a comunidade e voltadas diretamente à realidade de vida de cada região.

III — EM INGLÊS

Good Day Care

Fighting for it, Getting it, Keeping it
Editado por Kathleen G. Ross
Women Press. Canada 1978. 223 pág.

Livro escrito coletivamente, abordando inúmeras experiências referentes à guarda da criança pequena, escritas por pessoas envolvidas, direta ou indiretamente com a questão e tendo em comum a preocupação básica de que o atendimento dado a estas crianças seja de qualidade.

Models of infant care: their institutionalization and application in Denmark

Inge Bistrup
International symposium on the ecology of care and education of children under three. Berlin, 23-26 Fevereiro 1977. 19 pág.

Após uma breve introdução onde são apresentadas os atuais programas dos serviços de cuidado à infância na Dinamarca, são analisados os três modelos teóricos das teorias do desenvolvimento infantil — teorias do crescimento e maturação, modelo skinneriano, teorias dialéticas — que influenciam a prática do cuidado da criança.

Issues of social policy related to infant care in Denmark

Hans Weltzer
Mimeo. 17 pág.

Problemas e perspectivas da educação pré-escolar na Dinamarca, com um breve delineamento histórico, e o estado atual da questão sobre uma educação pré-escolar mais sistematizadas.

Child care needs of low income women: urban Brazil

Sonia Bittencourt, em colaboração com Emily DiCicco
Overseas Education Fund of the League of Women Voters
Washington EEUU 1979. mimeo. 67 pág.

Relatório de um projeto de pesquisa que objetivou:
a) identificar as necessidades de guarda da criança nas famílias de baixa renda, nas quais a mulher tende cada vez mais a participar do mercado de trabalho;
b) procurar as alternativas de atendimento adequadas ao contexto cultural e sócio-econômico destas crianças.
Esta pesquisa foi realizada em Nordeste de Amaralina, na periferia de Salvador, com uma amostra de mais de 1.000 mulheres entre 15 e 40 anos.

Speaking with Kine — A child care work in Senegal

Women & Development
Revista UNICEF NEWS nº 82
New York N.Y. 1974. pág. 32-35.

Entrevista com uma funcionária do Serviço de Assistência à Infância do Senegal, abordando aspectos de seu trabalho de educação e assistência à maternidade.

Child-rearing in families of working and non-working mothers

Marian Radke Yarrow, Phyllis Scott, Louise de Leeuw e Christine Heinig
Revista Sociometry, s.d. 19 pág.

Estudo comparativo de práticas educacionais em famílias de mães que trabalham e mães que não trabalham.

Employed mothers and their families - I

Mary Howell
Revista Pediatrics, vol. 52, nº 2, agosto 73 (252 a 263) — 11 pág.

Effects of maternal employment on the child - II

Mary Howell
Revista Pediatrics, vol. 52, nº 3, setembro 1973 (327-343) — 16 pág.

O artigo discute o que a autora classifica de mitos a respeito do efeito que tem sobre o desenvolvimento da criança o fato da mãe trabalhar fora.

Nem sempre, segundo ela, as conseqüências do trabalho materno fora do lar serão negativas, como se acredita comumente e como se escreve na literatura a respeito, dependendo de circunstâncias diversas. É importante também a orientação predominante no grupo familiar e social, a respeito da questão.

Child care in urban and rural Peru

Jeanine Anderson; Blanca Galup e Ana Mariñez
Relatório apresentado à Overseas Education Fund League of Women Voters.
Lima Peru 1979. mimeo. 104 pág.

Pesquisa sobre as necessidades de atendimento à criança pequena no Peru, efetuada numa comunidade rural e numa urbana, analisando os fatores que afetam a mãe e a criança.

IV — EM FRANCÊS

A quoi sert l'école maternelle?

Liliane Lurçat

L'Éducation (Spécial École Maternelle) n° 233 janvier 1975. pág.14-18.

Uma análise da dupla função da escola maternal: de guarda e educativa, em relação ao meio social numa sociedade de classes. Sua função social e sua função seletiva.

Les équipements d'accueil de la petite enfance

Cahiers du Féminisme n° 4 — 40 pág.

Dossier sobre diversas formas de atendimento à criança pequena em creches existentes na França e uma da Hungria, discutindo as características de cada uma delas, a participação dos pais, as reivindicações e soluções obtidas.

Le travail de la femme est-il un progrès? Est-il nuisible à l'enfant?

Dr. Françoise Lazard

Les Cahiers du Centre d'études et des recherches marxistes.
Paris 1967. 38 pág.

Trabalho feminino e maternidade: um estudo do ponto de vista marxista. Se o trabalho feminino constitui um progresso social para as mulheres, como pode então ser prejudicial a seus filhos? A contradição só existe na medida em que as condições de vida e trabalho das trabalhadoras são inumanas.

Échec et maternelle — avant six ans, déjà la sélection?

GEDREM - Groupe D'Étude pour la Défense et la Rénovation de l'École Maternelle.

Édition Syros, Paris. 1980. 221 pág.

Este livro é composto de vários artigos, abordando diversos aspectos da seleção que a escola inflige às crianças, segundo a sua origem social, especialmente nos anos da escola maternal.

CAPÍTULO SOBRE CRECHES in

A educação na década da mulher.

Editora Global (no prelo.

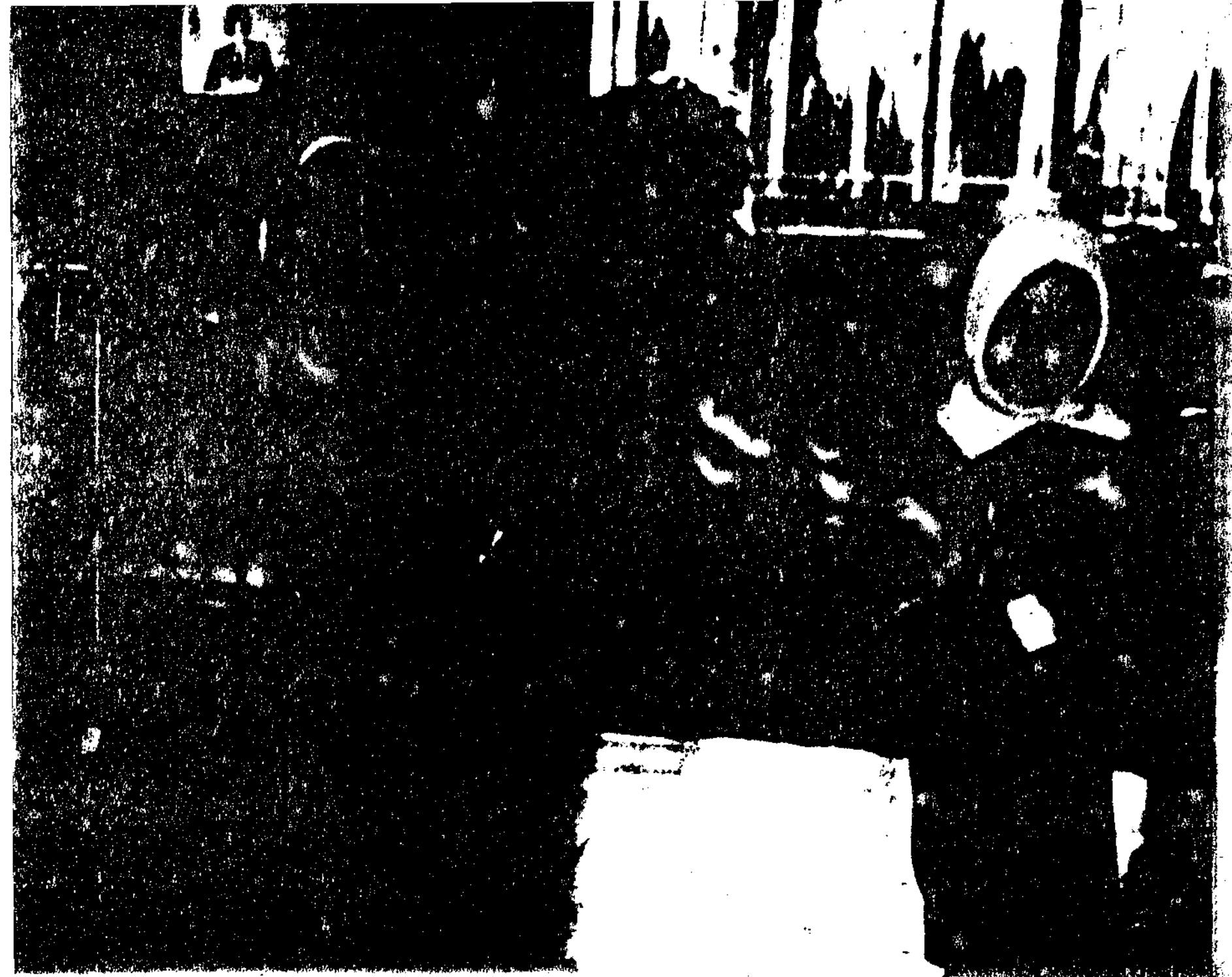


Foto: Jean Carlos

PROBLEMA

Se um reservatório contém aproximadamente:

A — 24 milhões de crianças de 0 a 6 anos; (1979)

B — 15 milhões de mulheres que trabalham fora; (1977)

C — 9% de famílias assalariadas empregando um empregado doméstico; e apenas (1976)

D — 1 milhão e meio de vagas em creches e pré-escolas (1980, estimativa)

PERGUNTA-SE:

1 O que fazer com A que não pertence a C e a D?

2 O que faz B que possui A e não pertence a C e a D?

Indique a solução sem que para tanto seu raciocínio faça apelo aos investimentos efetivamente necessários.

RESPOSTA:

Use a fantasia.



PROBLEMA

Se um reservatório contém aproximadamente:

A — 24 milhões de crianças de 0 a 6 anos; (1979)

B — 15 milhões de mulheres que trabalham fora; (1977)

C — 9% de famílias assalariam um empregado doméstico; e apenas (1976)

D — 1 milhão e meio de vagas em creches e pré-escolas (1980, estimativa)

PERGUNTA-SE:

1 O que fazer com A que não pertence a C e a D?

2 O que faz B que possui A e não pertence a C e a D?

Indique a solução sem que para tanto seu raciocínio faça apelo aos investimentos efetivamente necessários.

RESPOSTA:

Use a fantasia.

CRECHES:

ASSISTENCIALISMO COMUNITÁRIO?

Fúlvia Rosenberg*

COD — O que quero demonstrar

Nos últimos anos, movimentos populares e instituições governamentais vêm, de acordo com seus interesses específicos, insistindo sobre a necessidade imperiosa de educação extrafamiliar para crianças pequenas antes de serem consideradas aptas para o ensino de 1º grau. A terminologia oficial tem denominado genericamente este tipo de atendimento de educação pré-escolar, apesar de ser possível detectar histórica e funcionalmente duas tendências diferentes: a primeira, correspondendo grosseiramente à palavra *creche*, equivaleria ao cuidado materno alternativo para crianças em tenra idade e a segunda à pré-escola propriamente dita, orientada mais formalmente ao sistema escolar regular, visando a preparação de sua pré-clientela.

Se em certo plano teórico ou normativo esta distinção possa e deva ser criticada (porque cinde as necessidades da criança, da mulher e da família), observa-se, porém, declarada ou veladamente, uma valoração diferencial de acordo com a origem da reivindicação ou da explicitação da necessidade: a creche vista por muitos como mal necessário; a pré-escola, como conquista. É assim que nas "instruções para instalação e funcionamento" de creches, da Coordenação de Proteção Materno-infantil da Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Saúde (1972), lê-se, no capítulo referente à política de ação: "Convém enfatizar que não se

pode atribuir (à creche) valor igual ao do ambiente familiar: ela visa, tão somente, a atenuar os efeitos negativos provenientes do afastamento da mãe ou das condições precárias do lar" (p.15), proposições bastante diversas da apresentação do opúsculo *Diretrizes do pré-escolar* organizada pela Coordenadoria da Educação Pré-escolar do Ministério da Educação e Cultura (1980): "A importância da faixa etária de 0 a 6 anos na vida da pessoa leva o MEC a colocar como prioritário o atendimento do pré-escolar, dentro dos programas junto às populações de periferia urbana e do meio rural. Precisamos de soluções para hoje e investir nas nossas crianças, se não quisermos perder a oportunidade irreversível que a infância oferece" (p.8).

No primeiro caso, a creche-mal-necessário para compensar as carências do "abandono" materno (entenda-se, da mulher que trabalha fora); no segundo caso, atendimento pré-escolar como bem necessário para compensar a pobreza das populações rurais e das periferias urbanas.

Deixando de lado o caráter preventivo (presente em ambas as propostas), os programas atuais de atendimento à criança pequena apresentam outros pontos comuns: partindo de um diagnóstico da situação (96% de crianças de 0 a 6 anos não tendo acesso à educação pré-escolar), de uma análise das necessidades de atendimento *global* das crianças de 0 a 6 anos (nutricionais, higiênicos, educacionais e de saúde) e da insuficiência de recursos disponíveis (impossibilidade de expansão da rede oficial para esta faixa etária), os programas oficiais (federais, estaduais e municipais) preconizam a criação de programas de emergência. Estes programas de emergência, autodenominando-se muitas vezes de educação não-formal, caracterizam-se pelo emprego de pessoas não-profissionais, pela utilização de espaços não-convencionais, pelo

* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas — Comunicação apresentada à XXXIII SBPC, Salvador, 1981.

(sucata, por exemplo), enfim, pela mobilização dos recursos da comunidade.

A discussão em torno deste tema apresenta uma série de tópicos extremamente importantes, quer no plano da reflexão teórica, quer no plano de sua prática, discussões estas que permitirão conduzir para uma concretização (ou efetivação) mais ou menos satisfatória na resposta dos mais interessados neste processo: a mãe, sobre quem recai a maior parte da responsabilidade na guarda, proteção e socialização da criança pequena, e a criança pequena, sobre quem recaem as consequências das decisões tomadas sobre as formas sob as quais será guardada, protegida e socializada. Dentre as propostas atuais tem me chamado muito a atenção a frequência e a insistência com que os programas oficiais — brasileiros e latino-americanos, de um modo geral — vêm se utilizando do conceito de comunidade. Num primeiro momento, o desenrolar das idéias pode suscitar no leitor um movimento de simpatia, até um alegre impulso de esperança: está aberto um caminho para a efetiva participação popular em decisões que nos dizem respeito. Num segundo momento o recuo, a atenção, a crítica.

Apesar de não aparecer explicitamente definido nos programas que analisei (Mobral, LBA, PLIMEC, COBES), foi possível depreender pelo menos dois conceitos implícitos de comunidade: o primeiro na explicitação das intenções e propostas do programa utilizado, se me desculpem a expressão, para vender o peixe; o segundo que se depreende da concretização das intenções, quando as propostas dos programas se traduzem em guias e manuais.

O que percebi, na explicitação das intenções, é que o conceito de comunidade — isto é, de participação da comunidade na consecução de um programa — vem geralmente introduzido através da aceitação de que a criança, principalmente a criança pequena, precisa receber um atendimento integrado, que responda a suas necessidades básicas de educação, nutrição, saúde, higiene, etc. Ora, um atendimento deste tipo é extremamente oneroso (a gente acaba pagando os vícios de linguagem...), sendo, portanto, impossível aos órgãos governamentais assumirem a educação pré-escolar (esclarecimento, a lógica que acabo de exprimir não é minha). Cito:

"A necessidade de mobilização geral tem dois pontos de apoio: primeiro, o caráter multidisciplinar da pré-escola. Sendo a pré-escola

de vizinhos, um espaço tão múltiplo e diversificado, ela só é capaz de se erguer como uma instituição verdadeiramente forte se ela souber mobilizar toda esta vizinhança — a pré-escola vive, a todo instante, dos seus vizinhos — e compor com ela o seu próprio universo" (Mobral, p. 9).

Sinto ser este texto exemplar porque da necessidade de multidisciplinaridade, ou de diversidade, na educação pré-escolar emerge o componente de *proximidade*, dado pela palavra vizinhos, completado pela *participação* comum ("compor com ela o seu próprio universo"). Falta apenas, para que o conceito seja sociologicamente completo, a introdução do "nós", da participação comum (cito): esta "comunidade, no seu sentido mais amplo: instituições públicas ou particulares, famílias, lideranças locais, etc." (p. 10) e sua ação conjunta poderá ser, em grande parte, "responsável pelo êxito do trabalho" (Mobral, p. 12).

Aparecem, então, neste programa, de forma bastante clara, os componentes que têm sido os mais freqüentemente apontados pela sociologia como conceituadores de comunidade:

- a) o espaço próximo;
- b) a idéia comum unificadora e identificadora;
- c) um poder solidário e não-dominativo.

Em nosso meio, este conceito de comunidade utilizado em projetos educacionais formais e informais vem merecendo uma crítica acirrada, desvelando, principalmente, dois aspectos de manipulação ideológica:

- 1º) ao afirmar a homogeneidade imaginária da vida social, o termo escamoteia a diferença e o conflito constituidores da sociedade e oculta as relações concretas nas quais têm lugar situações de desigualdade, dominação, exploração;
- 2º) a delimitação de um espaço próximo — da vizinhança — consegue desvincular a reflexão do contexto social mais amplo, situando os problemas em um plano imediato, local, até certo ponto individual.

Estes dois aspectos da crítica aos programas comunitários seriam já por si só extremamente ricos no encaminhamento de soluções para a implantação de programas de atendimento a crianças pequenas. Que se pense, só a título de exemplo, o complexo jogo de interesses envolvidos na escolha do local para sua instalação: próximo ao trabalho, próximo à moradia; quan-

prioridade: da creche, do posto de saúde ou do campo de futebol?

Mas, o que me parece mais importante, e muito mais grave, é que este conceito de comunidade veiculado pelos programas (proximidade, projeto comum e solidariedade) ao nível das intenções não se mantêm, deteriorando-se no momento de ser operacionalizado. Da explicitação de intenções à operacionalização dos textos (ainda a nível de programa), o conceito se reduz exclusivamente a "contexto social próximo" e sobre esta vizinhança recaem as responsabilidades de manutenção de uma creche planificada e gerida de acordo com uma ciência e uma técnica autoritariamente impostas, oriundas de uma experiência na maioria das vezes forçada no convívio com outras populações, diferentes do alvo.

E retornamos ao habitual e desolador conhecimento: o agente governamental decide; a "comunidade" executa.

Assim, de um modo geral, quando se passa para a análise da operacionalização do programa, percebe-se que a comunidade não é chamada de fato para participar de sua elaboração. Poder-se-ia argumentar que seu nível de elaboração é tão amplo e genérico que poderia ser válido para qualquer agrupamento. Na verdade, isto não ocorre, pois o detalhamento dos princípios das atividades e materiais psicopedagógicos é intenso, constituindo-se mesmo em repertório a ser assimilado (repertório de valores, de comportamentos, de materiais).

A "comunidade" é sim chamada a executar uma série de atividades, colaborando com seu trabalho voluntário em todas as fases de criação do centro de atendimento à criança pequena: da reforma à construção do local; das campanhas para levantamento do material ao "bazar" para arrecadar dinheiro; da confecção do mobiliário à horta e assim por diante. Se não, vejamos (cito):

"Para melhor compreender como esse trabalho pode se desenvolver, vamos imaginar uma comunidade economicamente desfavorecida, com famílias em que, predominantemente, tanto pais quanto mães passam a maior parte do dia fora de suas casas trabalhando. As crianças, então, ficam entregues a irmãos mais velhos, a vizinhos (que tantas vezes recebem uma remuneração para cuidar dessas crianças) ou, simplesmente, ficam sós, sem os cuidados de ninguém. Esses pais e mães, então, um dia resolvem conversar entre si e chegam à conclusão de que es-



bridade: da creche, do posto de saúde ou do nipo de futebol?

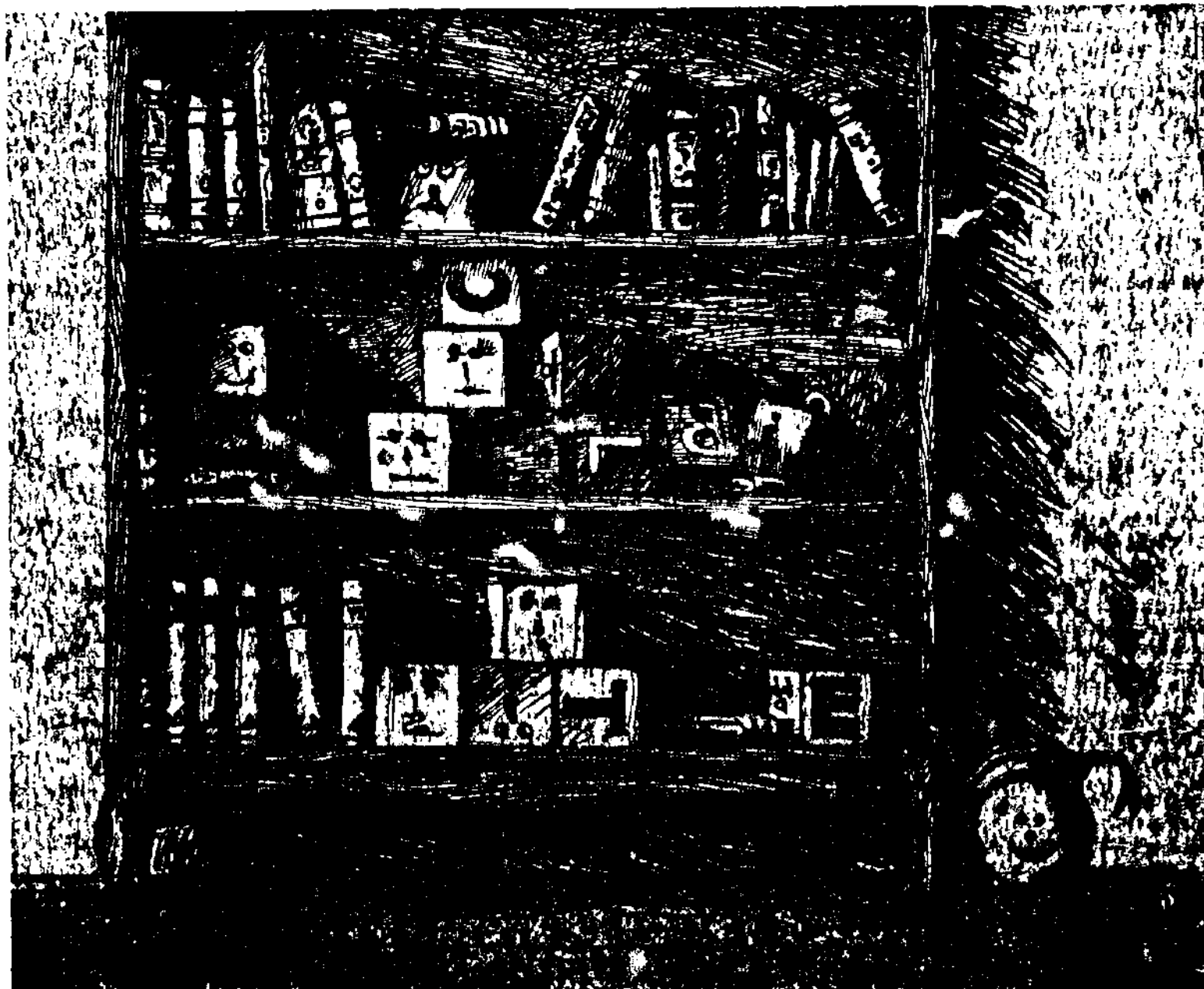
Mas, o que me parece mais importante, e ito mais grave, é que este conceito de comunidade veiculado pelos programas (proximidade projeto comum e solidariedade) ao nível das enções não se mantém, deteriorando-se no mento de ser operacionalizado. Da explicação de intenções à operacionalização dos textos (ainda a nível de programa), o conceito se uz exclusivamente a "contexto social próprio" e sobre esta vizinhança recaem as responsabilidades de manutenção de uma creche planificada e gerida de acordo com uma ciência e a técnica autoritariamente impostas, oriunda de uma experiência na maioria das vezes dada no convívio com outras populações, diferentes do alvo.

E retornamos ao habitual e desolador acontecimento: o agente governamental decide; a comunidade executa.

Assim, de um modo geral, quando se passa para a análise da operacionalização do programa, percebe-se que a comunidade não é chamada de fato para participar de sua elaboração. Der-se-ia argumentar que seu nível de elaboração é tão amplo e genérico que poderia ser válido para qualquer agrupamento. Na verdade, isto não ocorre, pois o detalhamento dos princípios das atividades e materiais psicopedagógicos intenso, constituindo-se mesmo em repertório a ser assimilado (repertório de valores, de compromissos, de materiais).

A "comunidade" é sim chamada a executar uma série de atividades, colaborando com o trabalho voluntário em todas as fases da criação do centro de atendimento à criança pequena: da reforma à construção do local; das campanhas para levantamento do material a ser usado para arrecadar dinheiro; da confecção de mobiliário à horta e assim por diante. Se vejamos (cito):

"Para melhor compreender como esse trabalho pode se desenvolver, vamos imaginar uma comunidade economicamente desfavorecida, em famílias em que, predominantemente, tanto pais quanto mães passam a maior parte do tempo fora de suas casas trabalhando. As crianças, então, ficam entregues a irmãos mais velhos, a avós (que tantas vezes recebem uma remuneração para cuidar dessas crianças) ou, simplesmente, ficam sós, sem os cuidados de ninguém. Os pais e mães, então, um dia resolvem conversar entre si e chegam à conclusão de que es-



possibilidade de que essas crianças sejam atendidas pela escola local. Continuemos a imaginar que as professoras da escola tiveram a oportunidade de conversar com esses pais sobre a importância deste atendimento, que não se resumia ao problema de ter com quem deixar as crianças. Conversaram sobre outras necessidades das crianças, a importância de terem noções de higiene, saúde, etc., o valor de determinadas atividades, a importância de conviver com outras crianças, tudo isso orientado por pessoa que recebesse treinamento e material de orientação sobre crianças nesta idade e como lidar com elas. A vizinha que recebia uma remuneração para cuidar de crianças cujos pais ficavam ausentes durante o dia perguntou se as professoras por acaso tinham este material disponível. Mostrou interesse em receber orientações para melhor ocupar as crianças. (...)"

"A professora da escola, entusiasmada com a iniciativa, aderiu ao grupo, orientando-o, uma vez que possuía mais experiência com relação ao atendimento à criança. (...)"

"Faltava organizar, planejar a ação. As crianças eram muitas. (...)"

"Num só lugar não cabiam todas. Quantas crianças eram? Quantas cabiam numa sala disponível da escola? E no salão da Igreja? Tudo contado, ainda sobravam crianças. Mas, alguns pais entendiam de construção. Nada complicado, nada caro. Apenas um lugar onde as crianças poderiam ficar abrigadas. Palha, sapé, alguma madeira. Depois, quem sabe, tudo poderia ser ampliado, melhorado. Para começar, bastava agora algum material. As pessoas decidiram organizar um mutirão e envolver outras pessoas da comunidade que dispusessem de material para doar à nova "escola". (...)"

"A expansão da iniciativa animou muito o grupo e os homens da comunidade se sentiram estimulados a participar do atendimento às crianças em idade pré-escolar: alguns adolescentes perguntaram se não poderiam participar "brincando" com as crianças e os aposentados também se entusiasmaram por ter uma participação ativa. (...)"

"E o núcleo começou a funcionar. Tudo planejado, pensado e controlado pelos próprios pais, mães, irmãos mais velhos, outros membros da comunidade. (...)"

"Todo esse trabalho foi se desenvolvendo aos poucos e todas as pessoas que nele se envolveram tiveram de início orientação de como deveriam agir e, depois, não se sentiam abandonadas pela escola local. Continuemos a imaginar que as professoras da escola tiveram a oportunidade de conversar com esses pais sobre a importância deste atendimento, que não se resumia ao problema de ter com quem deixar as crianças. Conversaram sobre outras necessidades das crianças, a importância de terem noções de higiene, saúde, etc., o valor de determinadas atividades, a importância de conviver com outras crianças, tudo isso orientado por pessoa que recebesse treinamento e material de orientação sobre crianças nesta idade e como lidar com elas. A vizinha que recebia uma remuneração para cuidar de crianças cujos pais ficavam ausentes durante o dia perguntou se as professoras por acaso tinham este material disponível. Mostrou interesse em receber orientações para melhor ocupar as crianças. (...)"

pre chegou as suas mãos. (...)"

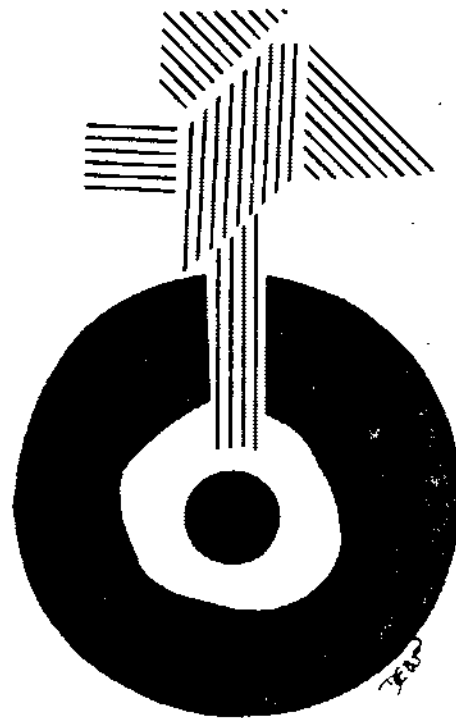
"Necessidades de vacinas, hábitos de higiene, prevenção contra doenças, tudo era discutido com os encarregados dos núcleos de atendimento das crianças. Quando, por exemplo, se sabia da necessidade de vacinação contra determinada doença, o grupo coordenador, em nome da comunidade, se dirigia aos órgãos governamentais encarregados desse serviço. E quando o grupo coordenador viu a necessidade de um reforço mais sistemático na alimentação das crianças, ainda representando a comunidade, se dirigiu a outros órgãos do governo que tratam da alimentação da criança. (...)"

"Verificamos que um problema de difícil solução pode ser minimizado caso a comunidade se empenhe na busca de soluções. (...)"

E assim percebemos, queridas crianças, como Gata Borralheira, por seu esforço e bondade, conseguiu se transformar numa princesa.

Post-scriptum: se não der certo, de quem a responsabilidade?

Cortinas, rápido.



I - Programas analisados

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. *Diretrizes do pré-escolar: 1980*. Brasília, D.D.D., 1980. (Boletim, 10)

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Projeto Casulo: diretrizes básicas para implantação e funcionamento*.

FUNDAÇÃO MOBIL. *Proposta para um atendimento educacional a crianças de 4 a 6 anos provenientes de população de baixa renda*. Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Vamos trabalhar com crianças*. Rio de Janeiro, 1980.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Coordenadoria do Bem-Estar Social. *Creches: programação básica*. São Paulo, 1980.

II - Bibliografia consultada

RODRIGUES, Alfredo et al. *De invasores a invadidos*. In: _____, *Segregação residencial y desmovilización política: el caso de Lima*. Ediciones Siap-Planteos, 1973.

COELHO, Idem Moreira. *Universidade atual e comunidade brasileira*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (35): 73-6. nov. 1980.

DEMO, Pedro. *Problemas sociológicos da "comunidade"*. In: COMUNIDADE: igreja na base. Edições Paulinas, 1977. (Estudos da CNBB, nº 3)

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. *Participação dos pais e da comunidade na educação da Primeira Infância*. In: SEMINÁRIO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL, 3. Cali, 1979.

FUNDAÇÃO CENAFOR. *A escola agrotécnica como centro de desenvolvimento rural: problemas e perspectivas*. s.l.p. 1981.

GOMES, Cândido Alberto da Costa. *Relacionamento escola-comunidade nos estabelecimentos de ensino de 1º Grau do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1977. Tese (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

JANCÓS, István. *Prática educativa - notas sobre problemas de bairro*. Reprografia.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Assistência Médica. *Creches: instruções para instalação e funcionamento*. Rio de Janeiro, 1972.

NISBET, Robert A. *Comunidade*. Reprografia.

FATO E ANÁLISE

PIRACICABA: A EDUCAÇÃO

ALGUMAS CIDADES BRASILEIRAS tentando realizar uma experiência de participação baseada em maior participação da população nas decisões de seu município vis de sociedades de bairro, comitês e sítos. É o caso de Lages em Santa Catarina Esperança no Espírito Santo e Piracicaba São Paulo.

A *Revista da ANDE* foi a Piracicaba de perto uma dessas experiências que pretende desenvolver uma prática democrática vis aos interesses da população.

Piracicaba tem uma proposta: até via em educação, os CEPECs - Centros I Lentas de Educação e Cultura - nos que cionam: berçário, creche, pré-escola, ção complementar para crianças que est zando o 1º grau regular, educação física, ação artística e programa de educação o mentar de adultos, incluindo alfabetizaç cidade conta ainda com um sistema de da escolar considerado o mais perfeito do do. E os CEPECs, segundo o secretário d cação do Município, Barjas Negri, "pert realmente à população".

A reportagem de Cláudia Nudelman i como essa cidade de 350 mil habitantes mil alunos está tentando resolver alguns problemas mais emergentes da população.

A análise dessa proposta educacio realizada por Ana Lucia G. de Faria, coo dora do pré-escolar. E, para completar o lho, a ANDE entrevistou Barjas Negri, s rio da Educação de Piracicaba.

Este material não foi
para a FORD

ANEXO Nº

Apresentação

Resumo de uma pesquisa realizada pela UNESP em Araraquara, enviada para um sindicato rural da Paraíba, cuja presidente é mulher. Ela participou do Encontro sobre creches.

Esse sindicato preocupa-se em solucionar os problemas dos direitos das trabalhadoras rurais, entre os quais a guarda dos filhos pequenos.

Os direitos da trabalhadora rural

Este trabalho vai falar sobre os resultados de uma pesquisa feita com trabalhadoras rurais do interior de São Paulo (região de Araraquara) discutindo:

- 1) a legislação do trabalho da mulher no campo;
- 2) a prática trabalhista da mulher trabalhadora rural;
- 3) algumas manifestações de sua consciência social.

A legislação rural brasileira

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) lei 4.914 de 02.03.1963, deveria garantir a legalização dos direitos trabalhistas no meio rural, mas não garantiu. Ao contrário, abriu freqüentes possibilidades de fraude e escamoteação, em todas as formas de trabalho rural, "talvez como consequência do pequeno poder de barganha do trabalhador rural".

O trabalho da mulher no ETR não era considerado como trabalho. Na fase do colonato e parceria principalmente, a mulher trabalhadora da roça não recebia salário em dinheiro ou em espécie, não tinha qualquer direito na relação de emprego. Quando ela "ganhava" alguma coisa, era mais como recompensa. E a mulher poderia trabalhar como empregada de fato, dependendo unicamente da necessidade do empregador. Mas juridicamente ela não poderia ser enquadrada como trabalhadora rural.

A mulher, em geral, trabalha de vez em quando para ajudar o marido no aumento da produção e do salário, e não consegue provar que ela é empregada, porque para ser empregada rural ela tem que provar:

- 1) dependência a um empregador;
- 2) trabalho constante (não de vez em quando);
- 3) salário.

"A mulher então se sujeita à prática do empresário, que aumenta sua taxa de exploração, diminuindo os salários."

Em 08.06.1973, a lei 5.889 revoga o ETR e atualmente rege a legislação trabalhista no campo. Mas os problemas de escamoteações continuam.

A nível de legislação, o trabalho da empregada rural está sujeito ao mesmo regime que existe para o homem, no que diz respeito a direitos e obrigações: o contrato de trabalho do homem e da mulher deve ser igual, ou seja, a mulher tem direito:

- 1) a anotação da carteira de trabalho e Previdência Social;
- 2) tem direito ao salário mínimo;
- 3) tem direito a repouso remunerado (receber sabão, domingo e feriados);
- 4) tem direito a gratificação de Natal;
- 5) tem direito a ter horário de trabalho, não podendo trabalhar depois das 22 horas;
- 6) aviso prévio (direito de receber com antecedência o aviso de dispensa);
- 7) férias proporcionais ao número de dias trabalhados durante o ano;
- 8) tem direito a indenização e estabilidade;
- 9) a mulher só pode trabalhar fora do horário em certos casos, "como na industrialização de produtos que estragam a curto prazo" ou "durante o período de safra" ou "em caso de necessidade imperiosa de serviço";
- 10) a lei estabelece que a mulher não pode ser dispensada do serviço porque casou;
- 11) a mulher grávida não pode trabalhar nas 4 semanas antes do parto e nas 8 depois do parto. E durante este período terá direito ao salário integral (art. 392 da CLT). Em caso de aborto não provocado, a mulher terá direito ao repouso de duas semanas recebendo salário integral.
- 12) a lei estabelece um "alerta" para os empregados das mulheres que prestam serviços à empresa rural em certas épocas do ano (plantando capim, apanhando café, milho, etc). Se as

mulheres trabalham todos os anos, o conveniente para o empregador é fazer um contrato de safrista, pois terminado o trabalho, o contrato fica extinto e a mulher tem apenas direito a indenização de 1/12 do salário mensal, por mês de serviço, sem direito à soma dos vários períodos de prestação de serviços nestas condições.

Vimos algumas condições legais do trabalho da mulher do campo.

Agora vamos ver as condições reais desse trabalho, na região de Araraquara, no Estado de São Paulo.

- 1) a atividade agrícola é sazonal. Isto ligado com a instabilidade das garantias trabalhistas, permite ao fazendeiro (empresário rural) empregar só a mão-de-obra que necessita, reduzindo seus gastos e mantendo à disposição, trabalhadores desempregados (um exército de trabalhadores de reserva). A participação da mulher neste exército, contribui, é claro, para rebaixar os salários dos que trabalham, prestando-se, portanto para o processo de acumulação;
- 2) o "alerta" que a lei estabelece, não é uma escolha real para a mulher. Ela é contratada por um empreiteiro, especialista em fazer a trabalhadora assinar recibos em branco. A mulher é a parte mais fraca nesta relação de trabalho. A individualização do trabalho não vai permitir a ela avançar na conquista de seus direitos;
- 3) a pesquisa mostrou que das 511 famílias entrevistadas, a maioria das mulheres não tem carteira assinada. A situação se agrava no caso das safrististas ou da trabalhadora por empreita. O empreiteiro que contrata o pessoal bôia-fria é um dos grandes responsáveis pela falta de carteira de trabalho, que é o primeiro obstáculo para o cumprimento dos direitos mínimos garantidos pelas leis trabalhistas. Este empreiteiro não existe legalmente, e esconde a responsabilidade do empresário

rural, no cumprimento dos direitos trabalhistas, porque na verdade, quem contrata a mão-de-obra é o empreiteiro;

- 4) a mulher não chega a ser contratada pelo trabalho temporário. Isso é inteiramente ilegal, mas ela aceita não "sujar" o marido; para "ele não ficar marcado", perseguido pelo patrão". A mulher também não quer enfrentar as duras barreiras da Justiça do Trabalho;
- 5) no caso das volantes contratadas por firmas empreiteiras, o registro é mais freqüente, já que os encargos trabalhistas são feitos para não atrapalhar a prática empresarial. Mesmo nesse caso o registro em carteira não dá nenhuma garantia de estabilidade;
- 6) as mulheres que continuam a morar na fazenda tem uma situação mais regularizada, principalmente porque sofrem menos com a submissão ao empreiteiro. O fazendeiro fez seus cálculos e achou que "fica mais barato ceder um pouco ao trabalhador residente do que contar com a mão-de-obra marginalizada que é o bôia-fria". Esses casos são raros. A maioria das mulheres é contratada para trabalhar por safra ou empreita e este trabalho é calculado de maneira a exigir do trabalhador o gasto máximo de suas energias. O pagamento por produção garante um nível alto de produtividade e de lucros, com o máximo de exploração do trabalhador;
- 7) quanto ao salário, ele deveria ser igual, para o homem e a mulher, mas não é. Além disso o salário varia de turma para turma, dependendo até do arranjo do empreiteiro com a fazenda. Na região de Araraquara a mulher recebe Cr\$7,50 por hora de trabalho e o homem recebe Cr\$9,80 por hora de trabalho. Quando o pagamento é por dia, a mulher recebe Cr\$60,00 por dia e o homem Cr\$ 70,00;
- 8) a mulher só ganha nos dias que trabalha e quando o empreiteiro desconta sua comissão do pagamento diário dos trabalhadores, a porcentagem que ele tira do pagamento da mulher é maior;

- 9) a maioria das mulheres recebe menos de um salário mínimo, apesar das leis dizerem que ela tem direito a receber o salário mínimo. Isso acontece porque o empregador não trata a mulher como uma trabalhadora, ao mesmo tempo que ela não tem conhecimento de seus direitos;
- 10) a mulher é "dispensada" do trabalho por estar grávida ou obrigada a voltar a trabalhar, logo depois de dar a luz, para não perder seu lugar na enxada;
- 11) na pesquisa, menos de uma em cada cem das mulheres entrevistadas já teve férias com direito a receber salário pelo período de descanso. Nas carteiras de trabalho, das que tem registro, não tem anotações de férias, quando elas possuem legalmente este direito;
- 12) a mulher não recebe pelas horas extras e quase todas fazem hora extra;
- 13) quanto à Previdência Social Rural, no caso da mulher, a situação é de super-exploração. O Funrural só dá aposentadoria por velhice ou invalidez, para um elemento da família. A mulher não terá direitos, enquanto o marido estiver vivo. A trabalhadora rural, que se sujeita a horas extras e a todos os artifícios do patrão (que foge ao cumprimento das leis trabalhistas) só tem direito a aposentadoria se for solteira ou viúva com responsabilidade total da família. No caso do Amparo Previdenciário (benefício aposentadoria concedido ao trabalhador rural de 70 anos) é igual ao Funrural e quando o chefe da família morre (beneficiário), se extingue o benefício. Quer dizer, a mulher não continua a receber a aposentadoria do marido. A mulher está excluída da Previdência Social Rural porque ela encontra barreiras para provar que é trabalhadora rural e para comprovar o período de carência. Ela não tem como "provar" que tem relação de emprego estável.

PORCENTAGEM DE SINDICALIZAÇÃO DE HOMENS E MULHERES, TRABALHADORES
RURAIS EM CRAVINHOS - SP

ANO	HOMENS	MULHERES
1968	98,2	1,8
1969	97,9	2,1
1970	97,9	2,9
1971	97,1	2,9
1972	95,2	4,8
1973	94,9	5,2
1974	94,6	5,4
1975	94,4	5,6
1976	94,1	5,9
1977	93,8	6,2
1978	93,8	6,2

A prática trabalhista

A trabalhadora rural dessa região do interior de São Paulo, sofre com as condições materiais de trabalho e com as legais, agravadas pelo não cumprimento da legislação e pelo seu conformismo e preocupação de não prejudicar o marido junto ao patrão.

A sindicalização da mulher é muito baixa e elas não tem formas alternativas "de fazer existir e valer" seu poder de barganha.

Na área de Cravinhos, existe uma liderança sindical considerada avançada. O maior índice de sindicalização das mulheres, comparado com os homens, não passou de 6,2% em 1978.

Em Araraquara o sindicato é menos combativo: tem 1.100 sócios pagantes, sendo 1.000 homens e 100 mulheres (8% de sindicalização da mulher). Este sindicato acha que a mulher não deve se sindicalizar, porque ela é "dependente". A pesquisa mostra esses dados para dizer que nos dois sindicatos (um "avançado" e outro não) a sindicalização não é significativa.

Dependência, instabilidade, insegurança, caracterizam o trabalho da mulher rural. Elas não vão ao sindicato para defender seus direitos e não compreendem o funcionamento legal da Justiça do Trabalho e confundem a demora da Justiça com a "impotência de uma situação de dependência do trabalhador rural".

A Junta Trabalhista em Araraquara de 1968 a 1977 recebeu as seguintes reclamações trabalhistas:

NÚMERO DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS EM ARARAQUARA

ANO	PROCESSOS TRABALHISTAS
1968	78
1969	61
1970	54
1971	53
1972	48
1973	32
1974	44
1975	41
1976	26
1977	68

Todos esses processos trabalhistas foram coletivos, quer dizer, vários trabalhadores (homens, mulheres ou menores) entraram juntos na Justiça, contra o mesmo empregador.

Vamos ver a proporção de homens, mulheres e menores que entraram nesses processos, de 1968 a 1977:

COMPARAÇÃO ENTRE AS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS DE HOMENS, MULHERES E MENORES

ANO	HOMENS		MULHERES		MENORES		TOTAL
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
1968	209	97,6	5	2,4	-	-	214
1969	138	97,8	2	1,4	1	0,8	141
1970	108	77,7	31	22,3	-	-	139
1971	110	94,1	6	5,1	1	0,8	117
1972	159	92,0	9	5,2	5	2,8	173
1973	42	66,7	20	31,8	1	1,5	63
1974	218	93,5	11	4,7	4	1,8	233
1975	39	65,0	19	31,6	2	3,4	60
1976	86	82,0	17	16,4	1	1,0	104
1977	103	74,1	30	21,6	6	4,3	139

As mulheres, como se vê, quase não entram com reclamação trabalhista. Em 1968, dos 214 trabalhadores que entraram na Justiça, 5 eram mulheres. O interessante é que os anos 1973 e 1975 foram os que tiveram maior número de mulheres reclamando na Justiça (31%). E foram os anos em que o total de reclamantes foi mais baixo desses dez anos considerados.

Quando a mulher participa, geralmente é em ação coletiva, movidas contra empresas que contratam mão-de-obra. Esses dados podem indicar que nesses dois anos havia crise nas relações de trabalho no campo. E podem indicar várias outras coisas.

Em Cravinhos, onde o sindicato é mais combativo, está na Justiça do Trabalho uma ação de dez mulheres, pedindo salário igual para trabalho igual ao do homem.

Os trabalhadores que entraram com ação trabalhista, em geral pediam pagamento do 13º salário, de aviso prévio ou de férias.

Manifestações de consciência social

- 1) a maioria das trabalhadoras da região rural pesquisada, não sabe o que é equiparação salarial. Achem que o homem deve ganhar mais porque faz trabalho pesado. Mas a pesquisa verificou que muitas delas fazem o mesmo trabalho que o homem, sempre que preciso;
- 2) 55% das mulheres afirmam que tem os mesmos direitos que o homem no trabalho. 34% das mulheres afirmam que não tem os mesmos direitos. 11% dizem que não sabem responder;
- 3) a maioria acha que tem os mesmos direitos que o homem, mas quando elas respondem sobre o tratamento que recebem do patrão:
45% das mulheres acham que recebem o mesmo tratamento que o patrão dá para os homens; 40% acham que recebem tratamento diferente do patrão porque são mulheres; 15% não tem condição de responder, porque não conhecem o patrão ("não vejo o patrão");
- 4) ter ou não registro na carteira de trabalho não chega a ser visto como problema pelas mulheres. Não ter registro não é sentido como "privação real", como um direito que estão tirando dela;
- 5) ter que trabalhar na roça e fazer os serviços em casa e cuidar dos filhos é difícil, mas necessário, "por precisão". Porque o salário do marido não dá pra viver;
- 6) a mulher ouviu falar que o patrão se recusa a registrar a trabalhadora em carteira, porque ela falta muito no serviço: "falta por causa dos filhos", "falta por doença", "falta por gravidez";
- 7) a mulher não sabe porque mesmo assim, o patrão contrata mulheres para trabalhar: "ela não sabe que interessa para o patrão ter o mesmo serviço e pagar menos por ele" e "ela não sabe que com o trabalho da mulher não há relação de emprego e não há direitos para ela reivindicar na Justiça";

- 8) o maior protesto que a mulher faz é se desligar da força-de-trabalho e ficar exclusivamente nos serviços da casa. Ou ela vai procurar um emprego urbano, quando ela mora na cidade;
- 9) o conformismo atinge todos os membros da família. A maioria confunde sindicato com Previdência Social. Acham que os dois órgãos prestam serviços assistenciais. O mais grave é que dessa forma eles não chegam a se preocupar com a influência que o sindicato pode ter na conquista de direitos trabalhistas;
- 10) a mulher não chega a colocar em questão sua exclusão dos direitos trabalhistas. Ela acha normal, da "condição feminina!";
- 11) nessa região do interior de São Paulo, a pesquisa mostra que existe uma limitação do número de filhos. O planejamento familiar não é resultado da elevação dos padrões de vida rural, nem das aspirações para educação dos filhos. A limitação da natalidade está acontecendo nessa região, por imposição econômica, ao lado da atuação de médicos e assistentes sociais. Os trabalhadores acham que não tem condição de sustentar mais filhos;
- 12) a questão da posse da terra não aparece para a maioria dos trabalhadores pesquisados, como parte de um projeto político definido de mudanças;
- 13) no caso das mulheres, elas não conseguem imaginar o que poderia acontecer, para que a sua situação melhorasse. Nem conseguem sugerir nada para mudar a sua situação: "já estou acostumada que nas leis a mulher é considerada como ninguém, não existe", "enquanto der pra ir vivendo estou quieta, está bom que o homem tenha direito". A mulher mesmo não se considera como tendo peso na sociedade.

Ameaça de desemprego, super-exploração, pressões, proibições, insegurança profissional, baixa sindicalização, desconhecimento das leis trabalhistas, foram alguns aspectos que esta pesquisa mostrou sobre os trabalhadores rurais de uma região do interior de São Paulo. A pesquisa mostrou tudo isso e dá uma pista interessante: é preciso conhecer as leis, saber seus direitos, conhecer o que é o sindicato, para poder reivindicar, para saber quantos estão na mesma situação e ser considerado como um grupo que tem direitos na sociedade.